



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ CURSO
DE SERVIÇO SOCIAL**



TATIANE CRISTINA KURTZ

**EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA:
NARRATIVAS ARTÍSTICO CULTURAIS LGBTQIAPN+ E POLÍTICAS SOCIAIS
NO ESTADO DO PARANÁ**

Ivaiporã

2023

TATIANE CRISTINA KURTZ

**EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA:
NARRATIVAS ARTÍSTICO CULTURAIS LGBTQIAPN+ E POLÍTICAS SOCIAIS
NO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bozzo Ferrareze.

Ivaiporã

2023

TATIANE CRISTINA KURTZ

**EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA:
NARRATIVAS ARTÍSTICO CULTURAIS LGBTQIAPN+ E POLÍTICAS SOCIAIS
NO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Bozzo Ferrareze.
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Vanessa Rombola Machado
Universidade Estadual de Maringá

Profa. Esp. Maria Celeste Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, 11 de Março de 2024.

“Quem eu sou acho que me estaciona, quem eu posso ser me mantém em movimento”.

Rita Von Hunty.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as pessoas que marcaram minha vida desde o início da construção desta pesquisa.

Ao Artista Anderson Rios, a inspiração que levou a escolha deste tema, desde o dia em o vi atuando pela primeira vez. Seu brilho e profissionalismo são a prova de que, não importa de onde você veio, ou quem você é, com dedicação e persistência é possível ir além.

Ao Professor Doutor Rafael B. Ferrareze, que me mostrou o verdadeiro significado da palavra comprometimento. Você ficara marcado para sempre como parte dessa trajetória.

Passamos por dias traiçoeiros, noites em claro com aquela sensação de “nó na garganta”, e apesar de todos os percalços, a palavra desistir, nunca fez parte do seu vocabulário.

Mesmo estando cansado você me deu força e fez tudo sem nunca tirar o sorriso do rosto. Você não desistiu de mim e através disso me ensinou a não desistir também. Obrigado Professor! Sem você a realização deste trabalho não seria possível.

Por fim e não menos importante, preciso dizer:

-Lorenzo a mamãe te ama, nunca se esqueça disso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo cuidado e dedicação ao meu filho enquanto eu saia todas as noites perseguir o sonho de me formar.

Obrigado Vitor, aprendi a amar você, e desejo que a conclusão do curso nunca seja para nós um adeus, mas sim um até breve.

Iasmim, Lívia, Carol e Jenifer, chegamos até aqui, infelizmente tantos outros ficaram para trás. Foram sorrisos, lágrimas, dias de chuva, saudade de casa, nem sempre foi fácil, mas dividir tudo isso com vocês tornou o fardo menos pesado. Obrigado pelos abraços, pelas mensagens de preocupação, construímos inúmeras memórias, as quais o tempo será incapaz de apagar.

Kurtz, Tatiane Cristina. Expressões de resistência: artes lgbtqiapn+ e políticas sociais no Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2023.

RESUMO

Com base na carência de estudos referentes ao acesso de direitos da população LGBTQIAPN+ no Estado do Paraná, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema as narrativas artístico culturais LGBTQIAPN+ e políticas sociais no Estado do Paraná também como suas expressões de resistência frente a busca pela efetivação dos seus direitos quanto cidadão e classe trabalhadora. Neste sentido, esta pesquisa traz a seguinte problemática: existem políticas sociais inerentes aos artistas da comunidade LGBTQIAPN+ no Estado do Paraná? Neste contexto esta pesquisa tem como objetivo analisar as narrativas dos entrevistados, desvelando como se dá o acesso a essas políticas, sua efetividade e abrangência na Região do Vale do Ivaí. A fim de responder ao problema de pesquisa, este trabalho busca preencher as lacunas de informações através de três abordagens principais: 1) Breve exposição sobre conceito de arte e a comunidade LGBTQIAPN+; 2) Comunidade LGBTQIAPN+ e a Política Social; 3) Expressões de resistência LGBTQIAPN+ segundo as narrativas das/os participantes da pesquisa. Diante disso, esta pesquisa é composta por metodologia de natureza qualitativa e cunho exploratório, buscando a compressão de aspectos subjetivos, comportamentos e pontos de vista, sendo importante frisar que por intermédio da coleta de informações, pretende-se então construir maior familiaridade com tema apontado. As narrativas de pessoas que vivenciaram na prática experiências relacionadas a temática, permitem a análise de exemplos coletados, visto que trazem dados, impulsionando assim o tema proposto. A coleta de dados além da pesquisa bibliográfica, se deu por meio de um roteiro de entrevistas usado para conversa com as/os participantes, dividido em duas partes, a primeira, referente aos dados pessoais das/os participantes e a segunda, referente as perguntas de cunho pessoal e argumentativo. Os participantes da pesquisa foram compostos por três artistas LGBTQIAPN+, ambos se encontram atuando na profissão, tendo a mesma como fonte renda principal e/ou parcial. Mediante a soma desses aspectos, a pesquisa contribuiu para a expansão e desmistificação em relação a temática expressões de resistência narrativas artístico culturais e políticas sociais LGBTQIAPN+ no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Artístico culturais. Comunidade LGBTQIAPN+. Estado do Paraná. Políticas Sociais. Resistência.

Kurtz, Tatiane Cristina. Expressions of resistance: lgbtqiapn+ arts and social policies in Paraná. Course Conclusion Paper (Graduation in Social Work) – State University of Maringá, Ivaiporã, 2023.

ABSTRACT

Based on the lack of studies regarding access to rights for the LGBTQIAPN+ population in the State of Paraná, this Course Completion Work (TCC) has as its theme LGBTQIAPN+ artistic cultural narratives and social policies in the State of Paraná as well as their expressions of resistance against the search for the realization of their rights as citizens and working class. In this sense, this research raises the following issue: are there social policies inherent to artists from the LGBTQIAPN+ community in the State of Paraná? In this context, this research aims to analyze the interviewees' narratives, revealing how access to these policies is given, their effectiveness and scope in the Vale do Ivaí Region. To answer the research problem, this work seeks to fill the gaps in information through three main approaches: 1) Brief exposition on the concept of art and the LGBTQIAPN+ community; 2) LGBTQIAPN+ Community and Social Policy; 3) Expressions of LGBTQIAPN+ resistance according to the narratives of the research participants. Therefore, this research is composed of a methodology of a qualitative and exploratory nature, seeking to compress subjective aspects, behaviors, and points of view, and it is important to emphasize that through the collection of information, the aim is to build greater familiarity with the topic highlighted. The narratives of people who have experienced experiences related to the theme in practice allow the analysis of collected examples, as they provide data, thus promoting the proposed theme. Data collection, in addition to bibliographical research, took place through an interview guide used to talk to the participants, divided into two parts, the first, referring to the participants' personal data and the second, referring to the questions of a personal and argumentative nature. The research participants were made up of three LGBTQIAPN+ artists, both of whom work in the profession, having it as their main and/or partial source of income. Through the sum of these aspects, the research contributed to the expansion and demystification in relation to the theme of expressions of resistance, artistic, cultural narratives and LGBTQIAPN+ social policies in the State of Paraná.

Keywords: Cultural artistic. LGBTQIAPN+ Community. State of Parana. Social politics. Resistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CP	Conselho Pleno
CRV	Campus Regional Vale do Ivaí
DEDI	Departamento da Diversidade
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
PGJ	Procurador Geral de Justiça
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social HIV/AIDS/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SIC	Sistemas de Informações Culturais
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	15
3. BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ARTE E A COMUNIDADE LGBTQIAPN+.....	18
4.COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E POLÍTICA SOCIAL.....	25
a. <i>Comunidade LGBTQIAPN+ e as políticas sociais no Brasil.....</i>	25
b. <i>Comunidade LGBTQIAPN+ e as políticas sociais no Paraná e em Ivaiporã.....</i>	28
c. <i>O cenário artístico brasileiro e a comunidade LGBTQIAPN+.....</i>	32
5. EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA LGBTQIAPN+ SEGUNDO AS NARRATIVAS DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	34
6. POLÍTICAS SOCIAIS, COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E O SERVIÇO SOCIAL.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APENDICE I.....	65
QUESTIONÁRIO NORTEADOR DA PESQUISA DE CAMPO.....	65
APENDICE II.....	67
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	67

1. INTRODUÇÃO

Resistir. Só quem resistiu a um processo ou a uma fase, situação ou similares, sabe o significado/sentido dessa palavra, que segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa (2020), apresenta-o como: *conservar-se firme; não sucumbir, não ceder*, ou seja, suportar determinado processo ou situação.

Ato contido não apenas nas expressões narradas pelas/os participantes da comunidade LGBTQIAPN+ integrantes deste trabalho, como também na vida da população brasileira que, pertencente a uma classe, a trabalhadora, resiste dia após dia as investidas que a vida por intermédio do sistema que os sucumbe, o capitalista, tenta-lhes roubar, como menciona Marx (2009), o que lhes é mais precioso, suas forças, desejos e sentimentos, de fato a vida.

E estando neste sistema, a classe trabalhadora que também é composta por cidadãs/ãos LGBTQIAPN+, precisa não apenas manter-se firme como também educada intelectualmente, pois o conhecimento é uma forma de obter poder, e esse poder na perspectiva crítico social que aqui seguimos, conectasse a um projeto de sociedade que segundo Netto (2018), reflete também, determinações de outras naturezas como as étnico, raciais, culturais, científicas, de gênero entre outras.

Esses projetos de naturezas antagônicas, disputam hegemonia em meio a sociedade, sendo esta hegemonia, o poder de controle do capital seja financeiro, cultural ou intelectual detido pela classe que o controla.

E o conhecimento é um elemento indispensável para a obtenção desta hegemonia em sociedade, pois como afirma Freire (2021), um povo educado, instruído dialogicamente, dificilmente serão dominados ou sucumbidos pelas amarras do conservadorismo educacional bancário e acrítico, posto pelo capital a classe trabalhadora.

Os detentores da hegemonia e do conhecimento hoje, é quem ditam o que é certo ou errado em sociedade, o que se pode ou não fazer, quem pode ou não acessar determinados lugares e/ou serviços, o trabalho certo para determinadas classes, o gênero e a sexualidade correta e, única aceita, a etnia e a raça suprema bem como o único credo permitido pela Nação.

E, alinhada à formação profissional, norteadas pelas diretrizes curriculares da profissão (CEFSS/1986), manter-se firme é uma posição que o Serviço Social também apresentada não

só em seu direcionamento sociopolítico como também teórico-metodológico e técnico-operativo, sendo estas, as dimensões que a orientam atualmente (Yamamoto, 2020).

Essas dimensões no entendimento de Bourguignon (2007), não estão soltas ou postas de forma aleatória, elas estão alinhadas junto ao posicionamento do Serviço Social, sendo esta uma profissão reconhecida e inscrita na divisão sociotécnica do trabalho que ao longo de sua trajetória, tem mostrado avanços e conquistas quanto a consolidação do conhecimento teórico metodológico adquirido, na perspectiva da intervenção social, junto a realidade das/os usuárias/os das políticas sociais e da sociedade civil, de forma crítica, criativa e dinâmica, bem como, no direcionamento apresentado pelo Projeto Ético-Político da profissão que também afirma em seu cariz a resistência como performance.

Assim, o projeto ético-político da profissão segundo Netto (2018), está comprometido com a coletividade civil e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo em seu cerne o reconhecimento da liberdade como valor central vinculando-se a um projeto societário que propõe a construção de uma ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

A resistência no Serviço Social tem sido posição assumida pela profissão desde sua reconceituação teórico-metodológica, na década de 70, quando no 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em São Paulo capital, mais precisamente no ano de 1979, a categoria profissional rompe com o então, conservadorismo posto na profissão, trocando a banca do evento citado, na substituição de militares por trabalhadores e assistentes sociais.

Essa quebra de paradigma na profissão alinhada também a nova conquista popular da época, a Constituição Federal de 1988, vai proporcionar, novos olhares e trazer novos entendimentos quanto a uma realidade antes não vista, ou não compreendida, a da classe trabalhadora ou classe proletária.

Nessa nova fase a profissão, orientasse por uma perspectiva que entende que a sociedade é dividida por classes e que ela possui interesses distintos umas das outras e esses interesses distinguem-se quanto suas naturezas, pois como salienta Montanhão (2018), a natureza de determinados projetos, encontram-se em suas intencionalidades, sendo estas, os mecanismos primordiais para o alcance dos objetivos propostos por estes projetos em sociedade.

Essas intencionalidades segundo Guerra (2015), almejam alcançar um objetivo comum que é o entendimento e a evolução sociocultural da comunidade, em específico, da classe trabalhadora que, partícipes do processo de produção, não detém de seus resultados na

integra, muito menos, da parte da mais valia de sua produção, lhes sobrando apenas como menciona Marx (2001), o labor e o fado do trabalho cotidiano.

Nesse interim, os desejos, as vontades e os sonhos de uma classe que luta diariamente, sucumbem, em meio a horas fatídicas presos em meio a um processo de produção cujo qual não lhes proporcionará conhecimento intelectual, mas sim, apenas, o valor de sua força de trabalho convertidas em espécie (dinheiro).

Assim, no intuito em proporcionar aprofundamento intelectual, informação e conhecimento a classe trabalhadora e em específico a ‘classe trabalhadora LGBTQIAPN +’, área/público-alvo de nossa discussão, é que este TCC objetiva de modo geral: apresentar as expressões de resistência segundo o entendimento das/os participantes da comunidade LGBTQIAPN+ no campo artístico cultural e suas relações com as políticas sociais pertinentes a este público no Estado do Paraná.

Como mencionado acima, a área de discussão em que esse trabalho concentra esforços de pesquisa dentro da profissão de assistente social é a área da diversidade de gênero com foco na comunidade LGBTQIAPN+ e nas políticas sociais que interseccionam este público.

Em suas especificidades, esta proposta pretende atentar quanto à existência de políticas sociais no campo artístico cultural que contemplam a comunidade LGBTQIAPN+, verificar a efetividade dessas políticas bem como as formas que estas contemplam a comunidade LGBTQIAPN+ no Estado do Paraná.

Quanto as artes, Benjamim (1994), afirma-as como sendo um lócus subjetivo, perpassado por pensamentos, sentidos e sentimentos, onde cada indivíduo ao acessar determinada arte, a absorve de modo particular e em diferentes intensidades.

Nessa perspectiva, entender a importância que as artes LGBTQIAPN+ expressam em sociedade através das narrativas das/os participantes desta proposta, das fontes referenciais e documentais, nos permitirá materializar tal subjetividade ainda muitas vezes ‘mistificada’ na sociedade brasileira quanto a esta comunidade.

Neste processo de produção e reprodução social, as artes enquanto campo de resistência e luta para a comunidade LGBTQIAPN+, proporciona a sociedade brasileira, formas objetivas e subjetivas de compreensão das pautas postas por estas comunidades, sendo as formas objetivas, os campos de trabalho direto como teatros, órgãos e equipamentos ligados ao setor público ou privado (escolas, centros de referência, ONG’s entre outros espaços), e as subjetivas pautadas no campo do pensamento podendo ser estas, reflexões, sentimentos e outros estímulos.

Nesse sentido, as perguntas questionadoras que embasaram a construção desta pesquisa foram: existem políticas públicas e sociais inerentes ao campo das artes que contemplem a população LGBTQIAPN+ no Estado do Paraná? Essas políticas alcançam a região do Vale do Ivaí e em específico o município de Ivaiporã? Ademais, dentre essas políticas, que tem sido as expressões de resistência LGBTQIAPN+ no campo das artes na região mencionada? E ainda, como os atores e atrizes da cena LGBTQIAPN+ tem entendido as artes como resistência e possíveis propostas para a elaboração de políticas sociais para o movimento e a sociedade civil?

Assim, ao final, a proposta apresentará os resultados do trabalho artístico cultural dos atores e atrizes participantes da pesquisa e as possíveis propostas para políticas públicas e/ou sociais a comunidade abordada no Estado do Paraná.

A justificativa para a realização deste TCC é perpassada por inúmeros interesses e conflitos sociais oriundos à existência/permanência da comunidade LGBTQIAPN+ e o descumprimento da garantia de direitos sociais enquanto cidadãs e cidadãos partícipes de uma sociedade constitucional que declara ser todas/os iguais perante a lei, não devendo haver discriminação/exclusão de quaisquer naturezas para com nenhum indivíduo em solo brasileiro (C.F., 1988).

Assim, a discussão aqui apresentada para melhor entendimento, divide-se da seguinte maneira: Primeira parte – Breve exposição sobre o conceito de arte e a comunidade LGBTQIAPN+; Segunda parte – a comunidade LGBTQIAPN+ e as políticas sociais; Terceira parte – Expressões de resistência LGBTQIAPN+ segundo as narrativas das/os participantes da pesquisa e a quarta parte - Políticas sociais, comunidade LGBTQIAPN+ e o Serviço Social. Ainda, as considerações finais tecem os olhares da autora quanto a realização do TCC bem como as críticas sobre as discussões abordadas e possíveis estratégias para a superação desta problemática.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

É sabido que, para se realizar uma pesquisa com sucesso, é necessário pensar as formas como essa pesquisa se dará tanto no campo teórico como no empírico.

Esse debruçar sobre a pesquisa, nos mostra que mesmo elaborando estratégia de ação e diversos planejamentos para a sua execução; em sua aplicabilidade acontecem desdobramentos iguais aos esperados como também os inesperados.

Assim, traçar o percurso metodológico de uma pesquisa, necessita primeiramente entendermos que a mesma deve pautar-se por um referencial teórico metodológico e ético político voltados aos interesses comuns da classe aqui abordada, a trabalhadora LGBTQIAPN+, respaldadas pelos processos subsequentes à pesquisa como, a elaboração das bibliografias adequadas à escrita crítica do trabalho e o público certo a ser investigado, pertencentes a essa classe.

Minayo (2019) afirma que a metodologia é o coração de uma pesquisa, o caminho verificado a ser percorrido onde todos as suas fases devem ser preestabelecidas.

A natureza desta proposta é de cunho qualitativo, que no sentido da autora mencionada acima, pretende observar determinados sentidos que as pesquisa quantitativas não se detém.

O âmbito a que a natureza se encontra é o da subjetividade, entendendo que a proposta contará tanto com referenciais teóricos e documentais como as narrativas das/os participantes, e ainda, quanto ao seu direcionamento, a pesquisa possui cunho exploratório onde pretende aprofundar o olhar e o entendimento sobre a temática apresentada.

Na pesquisa de campo, o estudo recorrerá a história oral para entender os processos em que as/os artistas LGBTQIAPN+ estão imbuídas/os e as políticas públicas e sociais que as/os perpassam e com um questionário semiestruturado, contendo perguntas norteadoras para as entrevistas.

Por ser uma temática recente e contemporânea, a pesquisa contará com o auxílio da amostra aleatória simples para a escolha das/os participantes tendo o recorte temporal de sua realização, o aonde 2024 e delimitação geográfica, o Vale do Ivaí, município de Ivaiporã no Paraná.

É importante ainda mencionar que, s/as participantes da pesquisa, não serão ou estarão vinculados a nenhuma intuição pública ou privada devido a não existência de órgãos públicos e/ou provados que atendam especificamente, a demanda dessa população.

O público participante desta pesquisa será contactado primeiro, de forma presencial, onde através do convite feito, a participante recolherá a assinatura das/os integrantes da pesquisa, combinando com as/os mesmas/os um horário para que ela possa enviar por whatsApp, as perguntas a serem respondidas. É importante mencionarmos, que, as perguntas a serem respondidas serão enviadas por whatsApp devido à rotina cotidiana semanal de trabalho do público participante desta pesquisa.

Como técnica de análise para a interpretação do material coletado em campo, a proposta utilizará a técnica de análise das narrativas, o que no entendimento de Dutra (2020) permite ao ouvinte, uma gama de entendimentos e compreensões sobre determinado assunto antes desconhecido, e através deste processo de escuta e significado, aliado à troca de conhecimentos, permite a ambos, narrador e ouvinte, aprofundar o conhecimento sobre algo novo.

Quanto aos riscos e cuidados da pesquisa, sabe-se que toda pesquisa, de alguma forma, pode apresentar mesmo que minimamente, algum risco para as/os participantes. Estes riscos desde grandes como, um percalço na hora da realização da pesquisa, no percurso até o local combinado caso aja, até os menores, podendo ser, alguma lembrança que a/o faça chorar em meio as perguntas ou lhes gere um sentimento de desconforto devido a estas lembranças, são situações que precisam ser mencionadas bem como sanadas pela/o pesquisadora/or.

Assim, os cuidados que a pesquisa pretende oferecer, caso necessário, a algum desconforto ou situação desagradável, desde as mais complexas até as mais simples são: o cancelamento total da participação na pesquisa caso, após a leitura do questionário, a/o participante decida não colaborar com a proposta (situação complexa), como a não resposta de algumas perguntas caso, gere algum desconforto ou lhes traga sofrimento emocional (situação simples).

É importante dizer também, que as informações/documentação das/os participantes desistentes obtidas materialmente, serão incineradas e as informações/documentação das/os participantes que realizarem a pesquisa até o final, serão arquivadas, física e digitalmente pela pesquisadora.

Vale informar também que esta pesquisa institucionalmente, é acompanhada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade

Estadual de Maringá (COPEP/UEM), localizado na Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4, CEP: 87020-900, Maringá/PR. Contato: (44) 3011-4597, e-mail: copep@uem.br. Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 11h30 das 14h às 17h20.

3. BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ARTE E A COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Segundo Benjamin Veschi a origem da palavra arte é latina, *ars, artis*, a partir de uma raiz grega. Já no sentido etimológico, significa técnica, habilidade adquirida que se opõe as faculdades concedidas pela natureza (Veschi, 2019).

Quanto à definição de artes, o dicionário Houaiss (2020), a especifica como reunião das expressões artísticas de um povo, sociedade, como produção consciente de obras, formas ou objetos, voltada para a concretização de um ideal de beleza e harmonia ou para a expressão da subjetividade humana.

A arte é a externalização mais expressiva da existência. Consciente e inconscientemente, apresenta um retrato invejável da subjetividade humana. Uma expressão cujo “caos” (por mais manso que seja) pode revelar as nuances mais sutis de um indivíduo. Por exemplo, através da psicanálise e da semiótica, o simbolismo pode almejar um certo tipo de consenso, mas com uma profundidade que não pode ser alcançada com métodos tradicionais de interpretação (normalmente associados à lógica formal ou cartesiana). Vista desta forma, a arte torna-se a mais íntima de todas as ontologias: uma expressão de identidade.

A identidade, por sua vez, está relacionada ao fenômeno da classificação, ou seja, à definição dos limites daquilo que um ser define como si mesmo. E isso significa necessariamente que enfrentamos o problema do “não-eu”, um processo de diferenciação no qual começamos a reconhecer o que é diferente. Seguindo essa linha de raciocínio, questões como o significado de “nome” vêm à tona. Em termos acadêmicos, um nome é como um fragmento que define o objeto que está sendo observado. Por exemplo, saber o nome de uma emoção pode ajudá-lo a lidar melhor com ela.

Apesar de estar inserida em culturas e tradições diversas, a arte não deve ser entendida apenas como uma mera imitação, reprodução daquilo que já existe ou novas ideias a nível do belo, do abstrato ou do surreal, mas como algo que contemple também a natureza. Platão e Aristóteles entendem a imitação (o ato de imitar) como algo positivo, sendo um processo compartilhado entre natureza e arte, “a arte imita a natureza” (LEMOS, 2009, p. 86).

Logo, em lugar de comparar a imitação ao falso e/ou engano, a imitação da natureza por parte da arte não é um retratar, realizar uma simples cópia do real, mas um fazer como, produzir à maneira de (imitar um processo).

Segundo Camargo (2012), como profissão a arte foi regulamentada pelo decreto 5.492, de 16 de julho de 1928, mais conhecido como *Lei Getúlio Vargas*, que regulou a organização das empresas de diversões e a locação de serviços teatrais. Com isso legalizou a profissão de ator e atriz, assim como a de palhaços, malabaristas, músicos, coristas e muitas outras destas subcategorias como artistas.

Nesse intuito, Lima (2020, p. 19) afirma que:

[...] a experiência estética, a partir do trabalho criativo e da expressão de singularidades pode contribuir com a desconstrução da cultura padronizada dominante. [...] ao juntar pensamento racional e sensível, a arte é capaz de despertar pensamentos e desejos de ação e transformação.

Ao longo da história a arte tem instigado emoções, provocando reações diversas nas pessoas. Por meio dela, tem sido possível experimentar sensações e expressar questões de grande relevância para o ser humano em seu formato singular e universal.

Dotada de uma essência dual, a arte possui a capacidade de sustentar, ao mesmo tempo, a sensação de conforto, de abalo e indignação. Por isso, ela está sempre presente em grandes acontecimentos, mudanças e transformações que ocorrem na sociedade, assumindo o papel de expressar os fatos em si ou projetando algo que se almeja (Costa, 2013).

A arte é uma das expressões culturais no entendimento de Fischer (1983), mais antigas da humanidade e é, portanto, uma expressão independente e inseparável do que significa ser humano, sendo recorrida desde o surgimento do ser humano bem como nas relações entre o trabalho humano e a interação com a natureza, caracterizada pelas pinturas rupestres.

Hoje, não podemos ignorar o importante papel que a arte desempenha na vida moderna, o que afirma Azevedo Júnior (2007), ser quase impossível imaginar a expressão humana separada de pelo menos uma das diversas expressões artísticas, isso porque a arte se constitui como expressão da existência humana no mundo através da criação de objetos e formas que refletem a experiência humana como as emoções e as formas de comunicação.

Historicamente, a arte tem desempenhado um papel importante na provocação do debate, na abordagem de temas ainda tabus e na subversão de ordens impostas. O mesmo aconteceu durante a ditadura militar no Brasil (1964 - 1985), que respondeu com perseguição, banimento e censura à música, ao teatro e às ilustrações.

Quando se fala em expressão artística e de resistência, o movimento LGBTQIAPN+ ganha uma força motriz através dos *estudos Queer ou teoria Queer*, sendo este um dos campos de estudo das ciências sociais, humanas e das artes, tendo essa teoria, um significado

muito importante para a comunidade referida, pois abordam segundo Miskolci (2012), as relações que pessoas abjetas, a margem, tem com a sociedade, em suas várias relações, no trabalho, no lazer, na saúde entre outras.

Assim, queer como afirma o autor citado, podem ser, travestis, transexuais, prostitutas, garotos de programa, cafetinas e cafetões, T-lovers, michês entre outras pessoas, porém nos deteremos ao entendimento de queer neste trabalho, apenas a comunidade LGBTQIAPN+.

Historicamente, nos EUA, na década de 1970, *queer* era um termo usado apenas para ‘zombar dos homossexuais’. Já no Brasil, essa expressão a época também pejorativa aos homossexuais, é tida como ‘*estranho, bizarro, inusitado*’.

No final da década de 1990, Louro (2004), mostra que o termo queer foi ativamente adotado pelas feministas norte americanas, como uma teoria subversiva e perturbadora de gênero e de sexualidade desviantes que explora fissuras teóricas e políticas para refletir e criticar as normas restritivas da sociedade.

Porém Butler (2015) compreende os estudos *queer* como uma importante ferramenta de pesquisa no século XXI, pois estes estudos permitem romper com as continuidades que marcam a construção de um sujeito heteronormativo, é o que Louro (2004, p. 19) vai complementar ao dizer que:

A teoria queer faz parte dos debates atuais sobre gênero e sexualidade e é inspirada em ideias pós-estruturalistas sobre sociedade, conhecimento, cultura e política como forma de desestabilizar modelos hegemônicos de vivência de gênero e sexualidade.

Dessa maneira, a teoria queer, por intermédio não apenas de estudos e pesquisas na área mas também de filmes, séries, músicas, debates políticos, apresentações culturais entre outros, hoje direcionam-se esforços no sentido do desvelamento da pessoa LGBTQIAPN+ na contemporaneidade, que antes eram vistas apenas como um produto do capital perfilado pelo pecado pelo sexo e pelo dinheiro; não como pessoas que, vivendo em uma realidade desigual, perderam o direito ao estudo, ao trabalho, a convivência familiar e comunitário e aos seus direitos apenas por serem quem são.

As artes LGBTQIAPN+ manifestam-se através de muitas formas podendo ser estas: o cinema, literatura, música, teatro e/ou as artes visuais, sendo ainda uma poderosa aliada na luta pelos direitos desta comunidade, principalmente no que concerne as formas de sua interação menciona por Louro (2004), sendo estas mais acessíveis e democráticas.

Um olhar mais atento revela que as pessoas LGBTQIAPN + têm historicamente tendência a estar fortemente representadas em atividades relacionadas com o mundo das artes devido a aceitação que o meio lhes oferece, o que se torna novamente um problema em sociedade, pois como afirma Butler (2015), ao enquadrar as pessoas em universos ditos masculinos e/ou femininos, sequenciamos o pensamento heteronormativo do binarismo de gênero vigente que, classifica as pessoas segundo suas rendas, gênero, sexualidade, cor, grau de estudos, idade entre outros, determinando assim o lugar de cada um nesse sistema.

Sabe-se que a sociedade ainda hoje, não aceita e muito menos respeita pessoas LGBTQIAPN+ convivendo livremente. Devido a este desrespeito e não aceitação a pessoa com uma identidade de gênero ou sexualidade desviante a norma, ou seja, a apresentada como certa em sociedade (branca, heterossexual, católica, magra, alta, classe média entre outros padrões e estereótipos), acaba tendo que recorrer a áreas que lhes aceitam, como é o caso das travestis e de transexuais que por não serem aceitas na maioria dos mercados formais de trabalho recorrem ao mercado do sexo, da prostituição e/ou da michetagem como forma de sobrevivência.

Dentro da heteronormatividade em que vivemos, as travestis e transexuais fora da prostituição, podem acessar apenas determinadas áreas de trabalho, a maioria de foro feminino como cabelereiras, maquiadoras, costureiras ou voltadas ao mercado do lazer/entretenimento realizando shows de drag queen, animadoras de festa ou ainda como hostess de casas noturnas. E em todas elas, as artes se fazem presentes, pois para se apresentar uma performance é preciso treino e talento, como o é também para cantar, dançar, pintar esculpir, entre outras.

Nessa perspectiva é importante mencionar também que o encontro das artes com a comunidade LGBTQIAPN+ se dá nas imbricações entre o talento e o trabalho, pois abjetos da sociedade ou muitas vezes tendo acessos negados e em específico o acesso ao mercado formal de trabalho, a comunidade referida utiliza-se de seus talentos para sua sobrevivência neste sistema que mesmo as excluindo formalmente absorvem suas forças informalmente.

E como ninguém vive fora dessa estrutura sistêmica, a capitalista, a classe trabalhadora LGBTQIAPN+, também vai, em meio ao talento e o trabalho avançando na perspectiva da efetivação de seus direitos enquanto cidadãs e cidadão da sociedade brasileira.

Quanto as artes e políticas sociais Medeiros (2022), afirma que são estas, duas esferas da sociedade que estão sempre ligadas através da interação entre a produção artística e os movimentos políticos e sociais de uma determinada época.

O filósofo francês Mikel Dufrenne aponta a utopia como alternativa à integração destes dois domínios. O pensamento utópico é pensar nas possibilidades criadas no presente e nos lugares onde vivemos, rebelando-se contra a ideologia da classe dominante, denunciando a exploração capitalista, imaginando a emancipação e encorajando a política.

A proximidade entre arte e política surge no entendimento de Medeiros (2022), de um desejo diante de cenários em que a liberdade e a justiça são testadas, entre diversas possibilidades. Por exemplo, a força da utopia assumiu formas particulares dependendo da sua inserção no contexto histórico de cada país na década de 1960 e orientou o discurso e as ações de artistas militantes que se engajaram na articulação da nova vanguarda.

No decorrer da história a arte e a política estiveram intimamente relacionadas, seja por conveniência ou por dependência. No Ocidente, a figura dos mecenas aparece repetidamente, apoiando financeiramente a produção cultural e encomendando obras específicas a artistas que registam costumes e costumes.

Obras de arte de diferentes épocas, como o Renascimento, transmitiam verdades mescladas aos interesses políticos e organizacionais de quem promovia a obra do pintor. No entanto, esta relação entre arte e política atingiu agora outra dimensão, tornando-se mais um exercício de reflexão do que um registo de verdades absolutas.

Veschi (2019) explora os primórdios da arte política na era moderna rompendo com o academicismo clássico e os meios artísticos tradicionais como pintura, desenho e escultura e (Fabris, 1998, p. 9), complementa afirmando que o artista pode assumir determinadas posições dependendo do contexto político da sua época bem como:

[...] se comportar de diversas maneiras diante do poder político. Pode acreditar na liberdade que lhe é concedida e idealizar sua prática, antepondo ou considerando mais reais as questões propriamente artísticas. Pode ter opiniões políticas manifestas, ser consciente dos mecanismos do mercado, perceber as relações de sua prática com o universo do trabalho. Pode, mesmo não fazendo política, fazer justamente a política que o poder espera dele: aceitar e perpetuar o sistema. Pode escolher a militância do engajamento e da revolução. Pode separar a militância política de sua prática artística, não querendo submeter a criação a leis exteriores.

No pensamento apresentado por Fabris (1998), formam-se dois caminhos, uma organização capitalista que se cruza com questões do mercado de arte, e questões de estética, definida como uma aristocracia da beleza que promove a objetividade na compra e venda de arte. Nas palavras do crítico de arte brasileiro Mario Pedrosa, “a arte é um exercício experimental de liberdade”.

Para refletir sobre a relação entre arte e política, os artistas devem olhar para si mesmos, separados da institucionalização, e considerar a arte como um ato pessoal, poético e inclusivo, tendo um significado subjetivo.

Mesmo considerando que a liberdade é limitada pelas condições sociais em que vivemos, (CANTON, 2009, p. 17), reitera que:

A vida é influenciada pela arte, e a arte é influenciada pela vida, neste sentido podemos entender a política como sendo transmitida através da arte. Falamos dela como algo cotidiano, que é traduzível, mas independente. A arte é a vertente política que tem uma certa autonomia de criação artística.

Para algumas pessoas da sociedade e meios de comunicação, a chamada "arte política" trata de conteúdo ou tópicos que são comunicados ao espectador a fim de torná-lo consciente ou "edificar" a mensagem do artista. Esta é uma visão limitada.

Porque uma obra de arte é uma espécie de jogo de significados suspenso entre a intenção do artista e a compreensão do espectador, tanto os possíveis significados ativados pela arte como a interpretação do espectador são campos abertos e amplos.

Desta forma, a arte evoca sensibilidade e introspecção através da experiência estética, fortalecendo potencialmente a consciência e a sensibilidade crítica do espectador. Por exemplo, a obra do brasileiro Cildo Meirelles, cuja trajetória se caracterizou por abordar as questões de sua época sem abandonar a ambiguidade essencial à liberdade de interpretação de suas obras, é uma obra de cunho social contemporâneo e revela o contexto da realidade geográfica.

Assim, quando pensamos em arte e política, não só precisamos ter em conta a liberdade individual dos artistas, mas também precisamos reconhecer que a arte tem uma política associada à sua institucionalização.

Fabris (1998) traz os conceitos de poder político e simbólico para considerar a relação entre arte e sociedade dentro de decisões externas (mercado) e internas (produção, estética).

O artista comporta-se de diversas maneiras diante do poder político. Pode acreditar na liberdade que lhe é concedida e idealizar sua prática, antepondo ou considerando mais reais as questões propriamente artísticas. Pode ter opiniões políticas claramente manifestas, ser consciente dos mecanismos de mercado, perceber as relações de sua prática com o universo do trabalho. Pode, mesmo não fazendo política, fazer justamente a política que o poder espera dele: aceitar e perpetuar o sistema. Pode escolher a militância do engajamento e da revolução. Pode separar a militância política de sua prática artística, não querendo submeter a criação a leis exteriores. (Fabris, 1998, p.12).

Portanto, tal como a arte muda, também se mudam as relações entre artistas e o poder, tornando impossível uma definição consistente de arte política. É o que Hauser (1969), argumenta ao dizer que esse problemático resultado de inúmeras decisões objetivas, além de motivos subjetivos podendo ser posição social, origem, formação profissional, tradição, organização do trabalho artístico, prestígio, relação com o meio intelectual, associações de artistas.

No sentido mais estrito a profissão, as artes, as políticas sociais e a comunidade LGBTQIAPN+ se encontram ao longo da história em prol de maiores e melhores condições de vida em uma sociedade que favorece uns e excluem tantos outros.

Nesse decorrer, os protestos realizados por esta comunidade, pautados por pesquisas, referências, músicas, pinturas, coreografias entre outras, mostram a sociedade que é possível articular direitos sociais de forma lúdica, informativa e interativa e que essa tríade nesta sociedade tão desigual consegue de forma suave, sensibilizar a população quanto as suas pautas discutidas ao longo do tempo.

4. COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E POLÍTICA SOCIAL

a. Comunidade LGBTQIAPN+ e as políticas sociais no Brasil.

A política social para Demo (1990), é um programa governamental ou política pública estadual que visa o bem-estar geral da população. De natureza distributiva, a política social visa principalmente os grupos com renda per capita mais baixa da sociedade, em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Nesse interim (SENNE, 2017, p. 12) expõe que:

A partir do capitalismo, surge a política social, construída por meio das mobilizações das classes operárias advindas das revoluções industriais no século XIX. A política social foi, então, entendida como estratégia de intervenção do governo nas relações sociais originadas no mundo da produção, ou seja, foi relacionada a um processo de mediação, como estratégia estatal entre interesses antagônicos.

Esclarece então que as políticas sociais são campo fértil para propostas advindas da comunidade LGBTQIAPN+, entendendo que esta população também pactua direitos e deveres em sociedade e na mesma, necessitam também serem assistidas/os por intermédio de políticas sociais.

Ao longo da história, o movimento LGBTQIAPN+ teve alguns sucessos. No Brasil, até a década de 1980, o chamado "homossexualismo" (com o sufixo -ismo indicando doença) ainda era considerado um distúrbio sexual pela legislação sanitária do Instituto Nacional de Assistência Médica e Seguridade Social.

Em 1985, o movimento obteve uma vitória ao retirar a homossexualidade da lista internacional de doenças. Ainda na década de 1980, o movimento LGBTQIAPN+, por meio do Grupo Triângulo Rosa, defendeu o uso do termo "orientação sexual" em oposição à "escolha sexual", que antes era utilizado na sociedade.

Na última década, a luta pelos direitos humanos de lésbicas, gays, travestis e transexuais, identidades queer, intersexos, assexuais, pansexuais, não binários entre outros, se intensificou no Brasil com associações e grupos ativistas proliferando em todo o país.

A força do ativismo pode ser vista expressa em diversos momentos e comemorações, como o Dia Mundial do Orgulho LGBTQIAPN+, onde as paradas ganham destaque e mobilizam milhões de pessoas em todo o país.

A institucionalização de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ no Brasil começou recentemente. Esta, teve início em 2004 com a publicação do programa “Brasil Livre da Homofobia”, que, representou um progresso por si só e pelo seu contexto em que as políticas sociais passam a ser fomentadas pelo governo do momento histórico.

As propostas apresentadas não se limitaram ao combate à epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), como acontecia anteriormente, contudo, como afirma Silva Júnior (2014), nos últimos anos, as medidas e programas não só do governo federal, mas também dos governos estaduais e locais, parecem ser caracterizadas por fragilidades institucionais e deficiências estruturais”.

Conforme Silva Júnior (2014), a segunda iniciativa que teve maior impacto ocorreu em novembro de 2007, quando o governo do presidente Lula lançou a primeira pesquisa nacional sobre homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no ano de 2008, sob-responsabilidade da secretaria de direitos humanos (SDH), com o tema, “Direitos Humanos e Políticas Públicas: caminhos para garantir os direitos civis de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”.

O principal objetivo da conferência foi propor, diretrizes para a implementação de políticas públicas e planos nacionais para promover os direitos civis e humanos da comunidade LGBTQIAPN+, avaliando e recomendando, estratégias para o fortalecimento dos programas como o, Brasil livre de homofóbicos (Brasil, 2008).

O Plano, mais conhecido como Plano Nacional LGBT, é um importante resultado da Conferência Nacional LGBT e fornece uma estrutura para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais para combater a homofobia e garantir o estabelecimento de direitos.

Este é também, um documento de referência para o estabelecimento de contramedidas e diretrizes, tendo como alvo, pessoas que são discriminadas devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Contudo, após sua apresentação na cerimônia de Brasília, o documento efetivamente cessou a circulação e nunca foi disponibilizado no site da SDH ou amplamente divulgado. Segundo Silva Júnior (2014), um “Plano Nacional LGBT” nem sequer foi introduzido pelo governo na forma de decreto ou regulamento, reproduzindo a falta de presença formal que também caracteriza um “Brasil livre de homofóbicos”.

No Projeto de Lei nº 122 de 2006, Silva Júnior (2014), apontam que o documento que previa a criminalização da homofobia, foi discutido havendo significativa oposição ao projeto,

manifestada por autoridades religiosas, principalmente associadas a grupos evangélicos. Sendo aprovada a criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF), apenas no ano de 2019.

Quanto a discriminação, Louro (2004), afirma que o âmbito escolar é para pessoas LGBTQIAPN+, reconhecidamente, um local onde ocorrem comportamentos de bullying e outras formas de violência homofóbica.

Silva Júnior (2014), afirmam que no ano de 2010, como parte do desenvolvimento ao combate homofóbico no Brasil, o Ministério da Educação em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos, propuseram programas educacionais nas escolas no intuito de tornar os ambientes escolares mais receptíveis e acolhedores para as pessoas LGBTQIAPN+. No entanto tais programas escolares até o presente momento, não foram iniciados.

O objetivo deste projeto era o de capacitar professoras/es para lidar com questões de gênero e sexualidade, no intuito de reduzir o preconceito e a violência homofóbica nas escolas. Esse projeto, posteriormente ganhou ampla notoriedade devido às tensões causadas pelos chamados "kits gays", entre ativistas do movimento LGBTQIAPN+ e a ala conservadora judaica cristã tanto na política como na sociedade civil por intermédio das igrejas.

Quanto ao apontado, Silva Júnior (2014) apontam que em assembleia nacional no ano de 2011, a então presidente Dilma Rousseff emitiu uma declaração afirmando que o conteúdo do projeto era polêmico e/ou impróprio para sua circulação, sendo então refutado.

Com relação a essa problemática Silva Júnior (2014, p. 23) destacam que:

No contexto das lutas em torno da definição do que seja uma sexualidade legítima e de quais pessoas estão socialmente autorizadas a exercê-la, mesmo Estados de longa tradição democrática vez ou outra têm sua laicidade explicitamente colocada em xeque, sendo este um fenômeno particularmente preocupante no âmbito de democracias de frágil tradição, como as latino-americanas, onde os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos são marcados por fortíssima oposição religiosa.

Este é um desafio para o Brasil, que tem uma cultura enraizada no conservadorismo, com recentes avanços no fundamentalismo religioso em espaços democráticos que deslegitimam os interesses da população LGBTQIAPN+ e ameaçam os princípios democráticos do país.

Ressalta-se nesse contexto de políticas sociais na atualidade, a lei nº 8.313, intitulada como *lei Rouanet*, aumentando o investimento em projetos socioculturais desenvolvidos pela classe artística brasileira.

Este programa segundo Brasil (1991), foi criado para promover uma distribuição justa, objetivando assim democratizar, descentralizar e localizar o investimento cultural, potencializando os recursos facilitados pela Lei nº 8.313 de 1991 – Lei Rouanet.

De acordo com a referida lei, no mínimo 50% dos projetos selecionados devem visar a participação e a promoção de equipes constituídas por atores culturais e mulheres representativas advindas dos negros, grupos indígenas e étnicos, povos e comunidades tradicionais como as comunidades de quilombolas, ribeirinhas, ciganas, Faxinalenses entre outras.

Silva Júnior (2014), também argumentam que, dada a situação atual, ainda está longe do momento em que a sociedade civil organizada possa persuadir os legisladores com base na política proposta e no plano nacional LGBTQIAPN+, para um Brasil livre de homofobia, devendo existir ainda, sistemas jurídicos que garantam com que as políticas públicas para esta comunidade sejam ferramentas eficazes para a promoção da igualdade para todas as pessoas na esfera pública, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero.

Reconhecemos que a mudança é uma premissa fundamental. Neste sentido, desafiar ideologicamente a consciência pública e pressionar as autoridades, a fim de contrariar a “indecisão” do poder legislativo, que é motivada principalmente por valores conservadores e religiosos entrelaçados por relações de poder, tem sido o alvo das políticas públicas e do movimento LGBTQIAPN+ na atualidade.

b. Comunidade LGBTQIAPN+ e as políticas sociais no Paraná e em Ivaiporã.

No Estado do Paraná, a Lei nº 16.454 de 22 de fevereiro de 2010, institui o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser promovido, anualmente, no dia 17 de maio, e a Resolução SEJU nº 149, 07 de dezembro de 2015, que instituiu o Comitê LGBT/PR onde segundo a Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação, Institui o Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Paraná (Comitê LGBT/PR).

O Governo do Paraná lançou, em 2013, em Curitiba, o Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), reafirmando assim o engajamento do município na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania da população LGBT e o compromisso com a implementação de ações que promovam a dignidade, a igualdade e a inclusão de todos os

paranaenses em políticas públicas, cujo objetivos é a redução da violência contra a população LGBT, ao citar dados do “Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2012.

Ademais, o Ministério Público do Paraná criou, em 29 de janeiro de 2014, por meio da Resolução nº 0269/2014-PGJ, o Núcleo de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, responsável por toda matéria referente a garantia dos direitos da população LGBT no Estado.

Outro mecanismo Políticas Sociais referente a Comunidade LGBTQIAPN+ no Paraná trata-se da Resolução nº 2077/2015-PGJ assegura, no âmbito do Ministério Público do Paraná, o uso do nome social aos/às transexuais:

Art. 1º Fica assegurado a todas as pessoas naturais o uso do nome social no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná. § 1º Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificados (as) pela sociedade. § 2º A utilização do nome social das pessoas mencionadas no parágrafo anterior será observada no tratamento pessoal a elas dispensado sempre que solicitado e, mediante requerimento da parte interessada, nas seguintes situações: I – Cadastro de dados e informações de uso social; II – Cadastro para ingresso e permanência nas unidades ministeriais; III – comunicações internas de uso social; IV – Endereço de correio eletrônico; V – Identificação funcional de uso interno da instituição (crachá); VI – Lista de ramais da instituição; VII – nome de usuário (a) em sistemas de informática; VIII – inscrição em eventos promovidos pela instituição e emissão dos respectivos certificados. § 3º Nos casos dos incisos V e VIII (última parte), o nome social deverá ser anotado no anverso, e o nome civil no verso do documento respectivo. Art. 2º Todos os órgãos da instituição deverão, no prazo de noventa dias, promover as necessárias adaptações nas normas e procedimentos internos, para aplicação do disposto nesta Resolução. Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ademais o Estado do Paraná possui outras ferramentas jurídicas no auxílio a comunidade LGBTQIAPN+, como as resoluções da secretaria de Estado do Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), nº 149 de 2015, resolução nº 105 e nº 128 de 2017, resolução nº 106 e nº 161 de 2018, resolução nº 199 e nº 200 de 2019, alterando a última, a resolução nº 149 de 2015 criando o comitê de acompanhamento da política de promoção e defesa dos direitos desta comunidade.

Ademais, tem-se ainda as resoluções de nº 229 de 2020, resolução nº 188 de 2021, o parecer CP/CEE nº 01/09 de 2009, que normatiza a inclusão do nome social nos registros escolares das/os alunas/os, a resolução nº 733 de 2012, que junto a secretaria da saúde do Paraná (SESA), instituiu o comitê técnico de trabalho para discussão da implantação do ambulatório para atendimento das pessoas LGBTQIAPN+, no Estado do Paraná e a resolução nº 188 de 2010, dispondo sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e

transexuais nos registros relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração direta e indireta, conforme especifica.

Vale mencionar ainda que o Estado apresente as resoluções nº 0296 de 2014 bem como as resoluções nº 2077 e 379 de 2015 e as orientações pedagógicas nº 01 de 2010 - DEDI/SEED, que informam quanto aos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de educação básica, devendo incluir, no ato da matrícula, o nome social de travestis e transexuais no campo destinado para esse registro no cadastro da/o aluna/o.

O movimento LGBTQIAPN+ no Estado do Paraná, ao longo dos anos e em específico a partir do séc. XXI, através do trabalho educativo informacional, campanhas, capacitações, palestras entre outras ações, veem ganhando não só visibilidade como notoriedade e respeito por intermédio de suas ações das políticas públicas alcançadas.

Um grande marco para o movimento LGBTQIAPN+ paranaense no sentido da pesquisa e militância tem sido a ONG Dignidade, situada na capital do Estado, em Curitiba, possibilitando a comunidade referida não só a adquirir informação como também realizar cursos para a inclusão no mercado formal de trabalho, garantindo assim a essa comunidade cidadania e reconhecimento social em meio a este projeto.

Quanto ao município de Ivaiporã e as imbricações entre a comunidade apresentada e as políticas sociais locais, este atualmente, apresenta-nos em sua página no site oficial da Prefeitura do município, um informe direcionado as/os agentes culturais e fazedoras/es de cultura, onde através de um link disponibilizado, a/o candidata/o, pessoa física ou jurídica, deverá realizar o cadastro do seu projeto junto ao sistemas de informação da cultura (SIC), com intuito de pleitear recursos da lei complementar nº 195, de 08 de junho de 2022, intitulada como lei de incentivo à cultura – *Paulo Gustavo*.

Abaixo, podemos ver o slogan utilizado pela prefeitura do município de Ivaiporã, (em seu site), anunciado pela secretaria municipal de cultura, realizando a divulgação do cadastro para a participação dos recursos da lei Paulo Gustavo de 2022.

Secretaria Municipal de Cultura

ATENÇÃO!

A Prefeitura de Ivaiporã informa aos agentes culturais e fazedores de cultura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, que o cadastro no <https://www.sic.cultura.pr.gov.br/> é fundamental para pleitear recursos da Lei Paulo Gustavo.

Centro Cultural Olívia Hauptmann
Avenida Souza Naves, 2.755. Ivaiporã
(43) 3472-5419
fazedoresdecultura@ivaipora.pr.gov.br

LEI PAULO GUSTAVO GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA CULTURA BRASIL UNIAO E RECONSTRUCAO PRAZOS E PRAZOS IVAIPORÃ

Fonte: Site oficial da Prefeitura de Ivaiporã/PR, 2024.

Segundo a Secretaria de Cultura do Paraná, dentro do SIC estão as informações culturais divididas em categorias de base como: agentes culturais, equipamentos culturais; patrimônio cultural; conselho estadual de cultura entre outros.

O Portal da Cultura (SIC – Sistemas de Informações Culturais) é composto de um conjunto de sistemas negociais da cultura interligados por uma base única de cadastros agrupados em categorias, que são comuns à todas as áreas e setores da Secretaria Estadual de Cultura (BRASIL, 2024, s/nº).

Vale ainda ressaltar que a lei Paulo Gustavo é uma lei federal e cabe as pessoas da área cultural submeter suas propostas de forma direta através de cadastro, devendo os recursos serem destinados ao financiamento de projetos culturais, manutenção de espaços culturais, capacitações entre outros.

Quanto ao município de Ivaiporã, o mesmo está localizado na região metropolitana do município de Apucarana tendo como municípios limítrofes as cidades de Jardim Alegre, Grandes Rios, Rio Branco do Ivaí, Ariranha do Ivaí, Manoel Ribas e Arapuã e apresentando uma distância de 398 km da capital. O município é novo, tendo sua fundação datada no ano de 1961, possuindo um IDH de 0,764 e um PIB per capita de 9.317,89 reais considerados altos para a realidade do Estado.

Contando apenas com seis décadas de existência o município no campo das políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+ ainda é tímido, carecendo não apenas de políticas sociais na área, mas também de instituições públicas e/ou privadas que não só fomentem estas discussões, mas que também atendam e proporcionam minimamente condições a estas pessoas de terem seus direitos garantidos e assegurados socialmente.

Contudo, havendo no município uma universidade pública, esta como salienta Certeau (2005), tem que ultrapassar seus muros, descer do castelo alto, fechado e misterioso a comunidade, para se fazer revelar e através desse revelar-se, gerar novos conhecimentos e novos sentidos a sociedade que a rodeiam.

Assim, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus regional do Vale do Ivaí (CRV), através do ensino, da pesquisa e de projetos de extensão voltados a educação e desmistificação da comunidade LGBTQIAPN+ na sociedade, devem gerar novos conhecimentos quanto as múltiplas possibilidades que a pessoa LGBTQIAPN+ tem ao adquirir conhecimento de forma democrática, rompendo assim, com estereótipos e estigmas postos a estas pessoas historicamente, entendidos e aceitos como únicos verdadeiros.

c. O cenário artístico brasileiro e a comunidade LGBTQIAPN+

O cenário artístico brasileiro a algumas décadas vem sendo palco de muitos artistas LGBTQIAPN+, diante disso, não poderíamos deixar de citar aqui, grandes nomes, que fizeram e fazem parte dessa história. Pessoas que marcaram época, trazendo representatividade nos meios de comunicação.

Na década de 80, Roberta Close trabalhou como atriz, apresentadora e modelo para inúmeras grifes, estampou revistas como Vogue e Marie Claire. Desfilou em passarelas brasileiras e mundiais e ficou conhecida como a primeira modelo trans a posar nua para uma revista brasileira.

Jorge Lafon, negro e homossexual mais conhecido como “Vera Verão” por seu papel no programa “A Praça é Nossa” da rede SBT de televisão, o ator fez grande sucesso entre os anos de 1980 e começo dos anos 2000.

Érica Malunguinho, artista plástica e educadora, foi eleita Deputada Estadual em São Paulo no ano de 2018. Érica foi a primeira travesti negra deputada estadual do Brasil.

Eloína dos Leopardos no ano de 1976, aos 31 anos de idade entrou para a história como a primeira rainha de bateria Travesti do Brasil pela escola de samba Beija-flor de Nilópolis no Estado do Rio de Janeiro.

Cassandra Rios escritora e lésbica, conhecida pelo nome artístico de "Odette Pérez Rios" foi a primeira escritora brasileira que se teve conhecimento abordando através de ficção a homossexualidade feminina e o erotismo, quebrando um grande tabu nacional durante a ditadura.

Edivaldo Souza ou como gostava de ser chamado e "Edy Star" foi cantor, compositor, produtor figurinista, pintor e dançarino, assumiu publicamente sua homossexualidade no ano de 1973. Cláudia Celeste a primeira atriz trans a atuar em novelas brasileiras em 1973, também tornou-se Mis Brasil Gay no ano de 1976.

Rosely Roth, primeira lésbica brasileira a ir a um programa de TV defender a causa, sentando-se no sofá ao lado da apresentadora Hebe Camargo. Responsável por eventos que marcaram calendário de luta das lésbicas no dia 19 de agosto em 1983 em que ativistas ocuparam o Ferro's bar em São Paulo para protestar contra abusos e preconceitos. João W. Nery, foi um escritor, psicólogo e ativista pelos direitos LGBT. Brasileiro, primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil no ano de 1977.

Tarso Brant, homem transgêneros que em 2017 participou da novela "A Força do Querer" na rede Globo de televisão se tornando o Primeiro Homem transgêneros a participar de uma novela no Brasil. Thammy Miranda, iniciou sua vida como dançarina, cantora e modelo em 2020. Hoje Thammy Miranda homem trans, e 9º vereador mais votado na cidade de São Paulo nas eleições de 2020 segundo nota de seu gabinete disponível na página da Câmara Municipal de São Paulo.

Guilherme Terreri Lima Pereira, mais conhecido pelo nome artístico "Rita Von Hunty", drag queen, ator, youtuber, palestrante e colunista, é bacharel em atuação cênica, em letras e licenciatura inglesa.

Rita Von Hunty é considerada uma personalidade dos dias atuais, pela maneira como aborda temas polêmicos e se posiciona politicamente, fazendo com que ela se destaque nas redes sociais. Quando somadas todas as suas redes, ela acumula aproximadamente dois milhões de seguidores, Rita utiliza dessa visibilidade para levar informação, entretenimento e defender a causa LGBTQIAPN+ de maneira única.

5. EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA LGBTQIAPN+ SEGUNDO AS NARRATIVAS DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Sequenciando as discussões inerentes a comunidade LGBTQIAPN+, as expressões de resistência manifestadas pelas/os membras/os desta comunidade e as políticas sociais que as/os interseccionam, neste momento, o trabalho apresentará, as narrativas das/os participantes desta pesquisa através de suas narrativas.

Inicialmente, a pesquisa de campo contava com a colaboração de quatro integrantes para esse diálogo. No entanto, devido a uma série de contratempos, uma de nossas participantes encontrou-se impossibilitada em contribuir com este trabalho, assim, as narrativas dispostas na sequência, são das/os três participantes que, em um horário, local e formas determinadas, contribuíram com suas narrativas e olhares quanto a problemática aqui discutida.

É importante trazeremos duas informações cruciais para o desenvolvimento deste tópico. A primeira é que, para maior segurança, idoneidade e em respeito as/os participantes desta proposta, seus nomes, foram substituídos pelos nomes Chayana, Andryo e Bibiana, no debruçar das informações aqui trazidas, e a segunda é que, o roteiro da entrevista utilizada para a conversa com as/os participantes foram divididos em duas partes, a primeira, referente aos dados pessoais das/os participantes como: nome, idade, estado civil entre outras e a segunda parte referente as perguntas de cunho pessoal e argumentativo como: conte-nos sobre sua trajetória de vida enquanto pessoa LGBTQIAPN + artista nesta sociedade.

Assim, nossa primeira participante se chama Chayana, residente no município de Ivaiporã/PR, onde divide a casa e as despesas desta com sua avó. A participante tem 26 anos de idade, é solteira e tem uma renda perca pita familiar no valor de R\$: 1.570,00 por pessoa.

Chayana, enquanto trabalhadora, ocupa o cargo de orientadora educacional e enquanto artista, dispense seu tempo com a arte da escrita crítica e poética; e quando indagada sobre sua sexualidade/orientação, Chayana declara que se entende como sendo uma pessoa assexual.

Resgatando a informação apresentada anteriormente, Bento (2006), nos mostra que pessoas assexuais, são também, pessoas que não apresentam uma sexualidade definida nem que tem o ato sexual como algo necessário/importante ou ainda fundamental em suas relações pessoais, sentimentais e em suas vidas cotidianas.

Com relação a segunda parte deste questionário, Chayana então, foi-nos respondendo aos seguintes questionamentos: 1º. Sobre sua trajetória de vida enquanto pessoa LGBTQIAPN +, artista, nesta sociedade.

Se descobrir pessoa LGBTQIAPN é uma trajetória árdua e tardia. É uma luta constante para reprimir e se encaixar no que se espera. Sendo assim, grande parte da minha vivência foi se escondendo; sobretudo da minha família, afinal quando se nasce em berço conservador, qualquer movimento longe dos direcionamentos cristãos pode causar uma tragédia ou um constrangimento desnecessários (Chayana, 2024).

Chayana nos traz elementos importantes de sua história de vida enquanto pessoa LGBTQIAPN+. Em sua trajetória de vida, pode-se notar dois elementos importantes presentes em sua vida: o 1º, o medo e o 2º, o conservadorismo sociofamiliar.

Essas duas reações são naturais, segundo Louro (2004), devido as descobertas de si. A autora nos mostra que, devido ao sistema colonial, conservador, de origem judaico-cristã, que exclui as/os diferentes de si, temer pelo julgamento social é algo recorrente para as pessoas LGBTQIAPN+, pois em suas mentes, estão comentando ou são algo contrário a norma imposta pela sociedade (branca, católica ou evangélica, heterossexual entre outras).

Quanto sua trajetória artística, Chayana nos diz que:

Posso defini-la como um ato de salvação. É na arte que existo de verdade, é escrevendo que me sinto pertencente. Não recordo exatamente quando comecei a escrever. Antes eram diários para documentar a vida. Entretanto, em meados de 2012, fiz uma oficina de poesia, coordenada pela psicóloga do CRAS, no serviço de convivência. Ali foi a primeira vez que vi a cultura se apresentar vestida em cetim. Segui escrevendo, mas só me reconheci escritora em 2021, com o lançamento do meu 1º livro, intitulado Sol em Noite Fria (Chayana, 2024).

As artes ou o campo artístico, em específico a escrita para Chayana, é algo que a permite conectar-se consigo mesma e com a sociedade em que vive.

O ser humano segundo Yazbek (2009), tem dentro de si, meios e estratégias de sobrevivência fazendo-o com que através destas, possa se entender e entender a sociedade em que se encontra por intermédio da dialogicidade e das relações sociais construídas.

Chayana através da escrita encontra-se, liberta-se; se permitindo sentir e compreender através da prosa e/ou da rima o processo social em que está incluída.

Nesse processo social ou sistema, o capitalista, Chayana, depara-se pessoalmente com sua realidade em seus pensamentos e seus dilemas cotidianos, a realidade da classe trabalhadora, aquela que mesmo sonhando, precisa movimentar-se para sobreviver.

Freire (1989), aponta que, no processo de conhecimento, o/a aluno/a, estranha-se, não se reconhece, devido a situação, a do (re)conhecimento. O autor argumenta que:

Quando a pessoa confronta-se e se entende através das novas informações, dilemas pessoais que o impedem de evoluir, primeiramente, isso lhes causam um desconforto, pois deparam-se consigo mesmos, com suas realidades, sendo algo terrível e ao mesmo tempo surpreendente (FREIRE, 1989, p. 24).

Assim, Chayana através de suas leituras vai não só adquirindo entendimento, se descobrindo, se expressando, evoluindo em meio ao sistema social em que se encontra, como também, devolve a sociedade em forma de textos e poesias, as traduções de sua realidade ou de um mundo melhor para esta sociedade.

Com relação a existência de políticas sociais para a classe artístico-trabalhadora brasileira LGBTQIAPN+, regional e/ou local, Chayana disse-nos que:

Em minha percepção as políticas públicas direcionadas a arte são parcas. No que concerne ao município de Ivaiporã, recentemente realizou-se uma audiência pública da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar 195, de 8 de julho de 2022) a partir da qual pretende-se destinar mais de 300 mil a cultura do município, buscando fomentar a cultura (Chayana, 2024).

Chayana afirma que são poucas as políticas sociais inerentes as artes/cultura para qualquer segmento de gênero ou não na localidade e que o município tem fomentado recursos através da lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022), com o objetivo de captar projetos na área artístico cultural municipal.

Ivaiporã/PR, como apresentado anteriormente, é um município segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) de pequeno porte II, contendo esta classificação cerca de 20.001 até 1000.000 habitantes no município de referido.

O município encontra-se em fase de franca expansão, sendo a UEM/CRV, uma das ‘portas de entrada’ para essa expansão na área do conhecimento como também na formação profissional técnico-operativa local proporcionada.

Quando indagada sobre a participação em algum movimento social, Chayana responde:

A Educação tem sido minha bandeira de luta junto à saúde, dois grandes polos que exigem atenção e luta para que os direitos prometidos sejam materializados na sociedade. Com relação ao público LGBTQIAPN+, participo de discussões pequenas, considerando que não encontro na região um grupo fortalecido para unir forças (Chayana, 2024).

Chayana ocupa-se atualmente além de seu trabalho secular, com leituras, estudos, pesquisas entre outras/os, focadas/os em duas áreas: na educação e na saúde. Ela relata ainda que sua participação em grupos de discussão relacionados a gênero/sexualidade é tímida, ocorrendo quando há encontros ou congêneres a temática.

Quando indagada sobre sua recorrência a determinada/s política/s pública/s na área artístico cultural para o público LGBTQIAPN +, Chayana afirma:

A partir de uma análise objetiva, não há como recorrer a uma política inexistente. O público LGBTQIAPN+ é invisibilidade, não foram construídas políticas específicas para esse público, regionais nem locais. Além disso, a política social/pública do município tem sido pontual, como se trabalhasse apagando incêndio e não agindo com integralidade e continuidade. Se possível um adendo, isso se dá por um investimento ínfimo a rede de serviços do município. Assim sendo, a política pública do município está aquém do que deveria. Tampouco é capaz de se atentar as minorias (Chayana, 2024).

A participante narra que, a presença da comunidade LGBTQIAPN+ e suas demandas em meio as políticas públicas brasileiras, hoje, são ínfimas, ou seja, poucas ou quase nulas. As mesmas têm concentrado esforços segundo Chayana, apenas em resolver situações pontuais, não levando em consideram por exemplo, o contexto histórico local, a situação atual, a renda média salarial da classe trabalhadora do município, o acesso ao ensino profissionalizante, qualidade de vida entre outros.

Freire (2021), quanto à qualidade de vida na comunidade; afirma que, o conhecimento não é fecundo apenas do reino do saber, mas também de reinos como o do descansar, do apreciar, do atender entre outros vários. A contemplação segundo Marx e Engels (2001), não só é o que falta a classe trabalhadora como também é o momento em que, estando consigo mesmo fora do trabalho, o homem pode reencontrar-se de forma desprendida.

Quanto as formas que as políticas sociais de cunho artístico cultural existentes atendem a classe artística LGBTQIAPN+ no Estado, na região ou em Ivaiporã, Chayana responde que:

Não tem atendido, para ser exata. Os movimentos culturais atuais são generalizados e não centram no público específico, além de que ainda é uma política cultural precoce, em outras palavras, está se desenhando. Esperamos que ela se fortaleça e aos poucos atenda também o público LGBTQIAPN+ (Chayana, 2024).

Quando indagada sobre suas percepções acerca de expressões de resistência em meio ao contexto político cultural em que vivemos, Chayana afirma que:

Resistência é posição, é defender o que se acredita até o fim, custe o que custar. É encarar a desigualdade, encarar o preconceito, encarar uma sociedade machista, classista, violenta e coisas tais e lutar para que exista um lugar no mundo reservado para nós com respeito (Chayana, 2024).

A realidade brasileira é conservadora, a qual busca a eliminação (ainda que silenciosa) de todos aqueles que vivem longe dos ditames impostos. Com muito esforço, contamos com livros do público LGBTQIAPN+, contamos com músicas, livros, teatros fomentados por esses artistas. Algumas editoras investem em autores LGBTQIAPN+ com expectativas de aumentar o volume da voz desse público. É certo que não é um espaço conquistado com facilidade, exigiu sangue, suor e lágrimas. É ainda o começo, há muito para lutar (Chayana, 2024).

Chayana aponta que para a superação de todas as formas de preconceito vividos em sociedade pela comunidade LGBTQIAPN+, a mesma deve se informar. Essas informações como narrado pela participante podem ser adquiridas através de livros, filmes, músicas, palestras e demais voltadas a este público.

Ela ainda diz que a sociedade atual, ainda que tendo acesso pela internet, conversas entre colegas/amigos, cartaz e outras formas de adquirirem informação, se apresenta de forma violenta, preconceituosa, misógina e excludente.

Essa situação na vida de uma pessoa LGBTQIAPN+ que vive sua sexualidade/gênero, de forma livre e bem resolvida, pode ver vista nos postos de emprego bem como em cargos e salários.

A discussão com relação a aceitação de LGBTQIAP+ nos espaços de trabalho, tem sido travada desde o início do século XXI, através da organização e surgimento de coletivos, grupos, ONG'S e demais LGBTQIAP+, capacitando essa população para diferentes perspectivas de trabalho bem como pactuando com o Estado e empresariado brasileiro forma des diálogo e convivência nos ambientes laborais para a recepção de pessoas LGBTQIAP+ entre o quadro de funcionários.

Segundo a cartilha - Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho: construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia, publicada no ano de 2015, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a UNAIDS - (Programa conjunto das Nações Unidas que tem como objetivo liderar e coordenar a resposta global à epidemia de HIV/AIDS):

O estigma e a discriminação vivenciados pela população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) têm resultado em graves violações de direitos humanos, dificultando a erradicação da violência e de doenças como a aids. No mundo do trabalho, o estigma e a discriminação influenciam os níveis de eficiência e produção, o bem-estar laboral e o próprio acesso ou permanência em um trabalho decente (OIT/UNAIDS/PNUD, 2015, p. 08).

A OIT/UNAIDS/PNUD (2015), afirma também que a negação de direitos em razão da orientação sexual e da identidade de gênero recebe o nome de 'homo-lesbo-transfobia', uma violência que transforma características da diversidade sexual de pessoas LGBTQIAPN+ em motivo para desigualdades, vulnerabilidades, exclusões e riscos de toda ordem nos ambientes de trabalho.

A discriminação nos ambientes de trabalho também apresentam-se como um dos motivos para o desligamento de pessoas LGBTQIAPN+ de trabalhos e/ou espaços formais.

Para que essas formas de preconceito cessem, é necessário políticas sociais de inclusão desse público mostrando que pessoas LGBTQIAPN+ são bem mais do que indivíduos estigmatizados e podem sim apresentar rendimentos e conviver harmonicamente com as/os demais no ambiente de trabalho.

Indagada sobre as formas de como a sociedade enxerga hoje o movimento artístico advindo da comunidade LGBTQIAPN+, Chayana afirma que:

Depende do setor que observa. Entre o público LGBTQIAPN+ a arte é salvação, redenção. Eles enxergam com fervor, com alegria e apoio.

Contudo, a arte LGBTQIAPN+ encontra ressonância entre os pares e não ecoa tanto no coração de outros setores. Muitas vezes, essa arte ousada e corajosa não é vista como arte e sim como balbúrdia, vagabundagem e qualquer coisa do tipo. Há que se repensar, há que se construir uma identidade respeitosa aos artistas LGBTQIAPN+ (Chayana, 2024).

E quando apontada sobre o que a sociedade entende como cena artística LGBTQIAPN+ e qual a importância que a mesma dá ao trabalho artístico desenvolvido em seu ponto de vista Chayana diz que:

Sendo honesta, a sociedade se posiciona com revolta quando a arte LGBTQIAPN se torna pública. Peguemos como exemplo a inserção de personagens LGBTQIAPN em novelas transmitidas no horário das 21h, é um escárnio, é um escândalo. Tudo bem que os heterossexuais tenham destaques, se beijem, se abracem. Contudo, não há essa permissão quando se trata do público LGBTQIAPN em linhas gerais, a sociedade ainda vê com ânsia e não é capaz de verdadeiramente respeitar. O preconceito é raiz forte que deve ser cortada (Chayana, 2024).

Antes de finalizarmos a conversa, Chayana nos diz enquanto artista e pessoa LGBTQIAPN+, que, suas formas de resistência hoje tem sido:

Escrevendo construímos um espaço. É necessário reunir mais braços, reunir mais arte, mais paixão, mais de nós dentro de todos os espaços. Participo de um coletivo de artistas LGBTQIAPN, juntos discutimos nossa arte e buscando fomentar nossa resistência para ocupar não só nossos livros, mas as políticas sociais e públicos que vão nascer e crescer no país. Que sejam pequenos passos, entretanto, que sejam passos de resistência (Chayana, 2024).

Chayana, ao nos relatar sua descrença nas políticas sociais de cunho LGBTQIAPN+ devido ao preconceito e resistência, afirma que para combater essa situação se mune da escrita. Ela escreve pra si, pra vida, e entende que mais pessoas deveriam se unir com relação a causa dessa comunidade para a eliminação de todas as formas de preconceito.

Nosso segundo participante se chama Andryo, residente no município de Ivaiporã. Andryo tem 29 anos, é solteiro e reside com sua mãe, onde com ela divide as despesas do lar.

Segundo Andryo, a renda perca pita de sua família é de R\$: 7.500 reais aproximadamente, tendo o participante como fonte de renda a profissão de coreógrafo,

recreador e pedagogo. Com relação a sua orientação sexual, Andryo se entende como sendo um homem gay.

Enquanto a sua trajetória de vida como pessoa LGBTQIAPN+ e um artista sociocultural, Andryo conta que:

Desde criança sempre acompanhava vários artistas que usavam da dança como arte. Diferente das outras pessoas não me espelhava em Michael Jackson mesmo sabendo da importância dele. Sempre busquei mais personalidades como Madonna. A história dela sempre me inspirou. Quando tinha 15 comecei a ensaiar 3 turmas da minha escola para um evento de Natal. Lembro que foi aí que me deu aquele “filin” e descobrir que era isso que eu queria. Ainda mais que nessa idade eu estava passando por problemas de aceitação na escola. Sofria bullying por ser quem eu era. E ter a oportunidade de trabalhar com as crianças foi uma forma das pessoas me verem diferente. Não como um menino gay, mas como um coreógrafo/professor (Andryo,2024).

Em seu processo de vida e de descoberta, Andryo encontrou nas artes um refúgio e uma inspiração como profissão e como estratégia para superar a situação de preconceito na adolescência. Andryo, assim como boa parte da comunidade LGBTQIAPN+ se apoiou em figuras artísticas, em seu caso, na Madonna, para transformar o preconceito sofrido em inspiração.

Sobre a existência de políticas sociais de cunho artístico cultural para a comunidade LGBTQIAPN+, Andryo nos conta que:

Apenas quando entrei na prefeitura. Lembro que minha professora de Ballet era secretária de cultura e comecei a trabalhar com ela. Da em diante ela buscava sempre trazer para o município políticas culturais em parceria com outros departamentos. Inclusive participei de palestras e reuniões com outros secretários em diversas cidades do Paraná. Mas foi recentemente que com a criação da Lei Paulo Gustavo que a atual gestora conseguiu implantar no município onde vivo (Andryo,2024).

Andryo passa a ter contato com políticas sociais em contextos culturais após sua aproximação com a prefeitura do município que vem tentando trazer propostas para a localidade podendo ser estas, formas de inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ em projetos artísticos.

Quanto à participação e/ou militância em movimentos sociais, Andryo afirma que:

Eu sempre acreditei que só o fato de eu continuar sendo quem eu sou, desde comportamentos até as roupas que visto e as crianças e adolescentes me respeitarem como professor e os pais verem que aquele “menino gay” é professor do meu filho e adora ele; isso pra mim é a maior demonstração de militância. Você mostrar para as pessoas o seu lugar na sociedade exercendo-o, sem discriminar ou precisar “brigar ou discutir” com alguém. Mostrar que tenho capacidade em ser uma autoridade no local de trabalho é minha maior militância (Andryo,2024).

Andryo, não participa ativamente de nenhum movimento. Porém afirma que suas vestimentas, comportamento, trato com seus alunos, embasado no respeito e no aprendizado e na relação com os pais desses alunos, ele tem conseguido mostrar a sociedade que, o fato em ser LGBTQIAPN+ de forma alguma banaliza não só as relações dessa população em sociedade como também não é algo nocivo a ser ensinado.

Desta forma, através da convivência em comunidade Andryo entende que a informação pode ser compartilhada, exemplos verificados e relações sociais com essa comunidade não fará mal algum a alguém.

Quanto à necessidade em se recorrer a uma determinada política social no campo artístico cultural para o público LGBTQIAPN, Andryo relata:

Como eu disse eu tive poucos meios quando tive a oportunidade. E certas políticas foram implantadas muito recentemente. O que posso dizer como coreógrafo é que tanto as empresas privadas ou públicas onde trabalhei, nunca mediram esforços para que eu pudesse colocar em prática meus teatros ou apresentações artísticas. Apenas tinha que me contentar com o trabalho feito, quase sempre não remunerado (Andryo,2024).

Andryo, afirma não ter recorrido a nenhuma política social devido a sua não necessidade e que as mesmas veem ganhando força aos poucos. Em seus trabalhos, ele conta não ter sentido nenhum impedimento para que suas produções acontecessem, porém a maioria dessa produção era feita de forma gratuita/colaborativa.

De que forma, para você, as políticas sociais de cunho artístico cultural existentes, têm atendido a classe artística LGBTQIAPN+ no Estado, região ou município.

Ainda falta muita gente pra poder falar sobre a comunidade e dar voz em nossa região. Eu conheci vereadoras e pessoas que lutam nessa causa em cidades como Maringá e Londrina. Lá quando tem a

semana do orgulho, eles trabalham com palestras, reuniões e até atendimento psicológico em escolas. Não é apenas uma festa. Eu sinto muita falta disto na região onde moro já que muitos jovens buscam se fortalecer nas ruas e nem sempre isso é um ponto positivo (Andryo,2024).

Andryo, queixa-se quanto a falta de representatividade/articulações LGBTQIAPN+, no município e na região. As articulações quanto a este movimento, Andryo diz, só saber de sua existência nos municípios de Maringá e Londrina, cidades circunvizinhas a região, sendo estas classificadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), como municípios grandes, com população entre 100.001 a 900.000 habitantes.

É sabido que coletivos LGBTQIAPN+, são encontrados em cidades de médio e grande porte nos Estados. As cidades interioranas acabam por ficarem excluídas de determinadas ações quanto a este coletivo devido ao acesso e localidade.

Com a ‘cena LGBTQIAPN+’, acontecendo apenas em cidades grandes, o interior permanece tendo posturas conservadoras, moralistas e religiosas devido ao não entendimento e a não evolução da sociedade local quanto a estas realizadas existentes no mesmo espaço.

Louro (2011), afirma que, fazendo a educação parte de uma cultural, quando a população não acompanha a evolução social do tempo presente, ela acaba ficando para trás em detrimento de outras regiões/ localidades.

Esse pensamento pode ser visto por exemplo, ao compararmos Ivaiporã com Curitiba a capital do Estado. Na capital a dinâmica sexual da população em sociedade difere-se de outras regiões, pois em Curitiba, nas ruas hoje, podemos ver casais homoafetivos andando de mãos dadas, se beijando, fazendo compras, adotando crianças bem como a população ‘T’, já inserida no mercado formal de trabalho, ou seja, atuando em lojas, casas lotéricas, shoppings entre outros lugares, diferente do que acontece em Ivaiporã, onde ainda não se veem, pessoas travestis ou transexuais andando nas ruas frequentemente, mesmo sabendo da existência dessas pessoas no município.

Quando indagado sobre seu entendimento quanto as expressões de resistência, Andryo diz.

Lutar pelos direitos e mostrar que o somos não difere dos outros. Não é porque você é gay, trans ou outra identidade, que você não pode ser professor, babá, médica, dentista. Não temos tantas pessoas nessas áreas pelo simples fato da não confiança da sociedade em alguém da comunidade. A melhor resistência é mostrar o quanto você é capaz de

assumir um cargo e ser respeitado. Cito como exemplo a deputada Herika Hilton, negra trans e deputada federal por São Paulo. Olha onde ela chegou (Andryo,2024).

Andryo entende também que lutar e resistir somam-se hoje em sociedade. O participante ao longo de nossa conversa foca bastante na postura, no caráter, no comportamento que as pessoas devem ter em sociedade para que se afastem de estereótipos negativos.

Ele cita a deputada Herika Hilton como exemplo de superação, uma trans mulher, negra, periférica e abjeta, que se tornou uma figura de autoridade nacionalmente reconhecida. Não pela prostituição, por dançar na noite ou por estar envolvida com algo ilícito, mas sim reconhecida por, enquanto mulher trans, luta por justiça social, acesso e igualdade a toda a população, *cis* ou *trans*.

Andryo nos conta que, para ele, em meio ao contexto político cultural em que vivemos hoje, as expressões de resistência LGBTQIAPN+:

No meio em que vivemos creio que são bem poucos veículos que expressão a cultura, ou a vivência de uma pessoa LGBTQIAPN+, já que grandes meios de comunicação usam a afetividade da comunidade como mercado (Andryo,2024).

E com relação aos atores e as atrizes da cena LGBTQIAPN+, encaram as artes como resistência e possíveis propostas para políticas sociais, ele apresenta dessa maneira:

Os atores e atrizes do ramo teatral tem uma liberdade maior para se expressar. Já que no teatro também eles possuem ênfase no trabalho corporal, é mais próximo do público, porém ao mesmo tempo nem sempre os artistas tem apoio político ou financeiro para poder demonstrar essa manifestação (Andryo,2024).

Quanto ao contexto político cultural e estratégias observadas pela comunidade no intuito de se propor avanços e trazer melhorias nessa área para região, Andryo afirma haver poucos veículos de cultura na localidade e a dinâmica LGBTQIAPN+ aqui se dá através da comercialização dos afetos, ou seja, relações afetivas pagas.

O teatro afirma Andryo, proporciona maior liberdade ao ator devido à proximidade com o público, porém ele observa também que falta apoio política e investimento nas artes como forma de incentivo à cultura.

Quando indagado sobre o olhar da sociedade hoje para o movimento artístico da comunidade LGBTQIAPN+, Andryo afirma que:

Ainda tem um tabu a ser quebrado, as pessoas veem artistas, não valorizam ou não acreditam muito que isso é uma profissão. No caso da atuação as pessoas só veem importância quando aparece um meio de comunicação na tv ou internet. Artistas de rua, artistas locais, são desvalorizados. Ainda mais se forem da comunidade LGBTQIAPN+ e ser explícito isso podem ser perante ao olhos do público, marginalizados (Andryo,2024).

Sequenciando a discussão tecido por Andryo, sobre o entendimento da sociedade, perguntamos agora, seu posicionamento sobre o entendimento que sociedade tem acerca da cena artística LGBTQIAPN+ e qual a importância que a mesma dá ao trabalho artístico desenvolvido.

Andryo nos responde que:

Eu creio que a expressão é uma forma de resistir e mostrar as pessoas que é normal. O preconceito começa aí. É comum você ver um movimento ou uma ação “hétero” e passar despercebido, ser algo comum rotineiro, sem alarde. Qualquer expressão artística no ramo da comunidade é um alarde ainda para as pessoas. Um exemplo é muitos verem a parada gay como uma festa, na verdade ela tem muitos outros propósitos. Durante a semana que antecede a parada a cidade recebe psicólogos, palestrantes, artistas que vão ajudar ou mostrar seu trabalho. E apresentar à aquela cidade que existe sim pessoas LGBTQIAP e que elas podem ser o que quiser (Andryo,2024).

Andryo, novamente reforça a não aceitação da sociedade para com pessoas LGBTQIAPN+ que se declaram abertamente. O mesmo diz que o *tabu*, ou seja, o pensamento criado pela sociedade LGBTQIAPN+ ao longo da história quanto a esse público, tem forte influência na não aceitam destas pessoas em sociedade.

O participante também vê as expressões de resistência pela comunidade LGBTQIAPN+ como uma forma de fortalecimento social. Ela menciona como forma de visibilidade a/s ‘Parada/s LGBTQIAPN+’ como meio de disseminação da informação sobre essa comunidade.

No entanto, um fato importante a ser menciona sobre as paradas LGBTQIAPN+ no Brasil é que, esses eventos, segundo Green (2000), ganham força e visibilidade na primeira gestão governamental do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), onde o

mesmo passa a fomentar fortemente no Brasil o acesso as políticas sociais e a dar visibilidade as minorias através de ações afirmativas em todas as esferas de seu governo.

Como também não podemos deixar de mencionar, a forma contrária da sociedade burguesa brasileira aceitar as paradas em seu meio, através dos lucros que as mesmas podem trazê-las/os; e isso elas o fizeram, tanto que o dinheiro da população LGBTQIAPN+ nesses eventos, passam então a ser ficticiamente segundo Fachinni (2013), nomeados como: ‘pink money’ ou ‘gay money’, sendo estes hoje, um dos eventos maios lucrativos nos Estados/municípios realizados, pois movimenta todo o comércio local.

Enquanto artista e pessoa LGBTQIAPN+, Andryo nos relata que suas expressões de resistência hoje e as formas que elas poderiam contribuir com futuras políticas sociais são:

Como eu disse anteriormente, a minha resistência é mostrar que eu tenho um trabalho e ser respeitado nele. As pessoas verem que sou um homem gay e mesmo assim confiarem no meu potencial, na minha história (Andryo,2024).

Andryo resiste e persiste enquanto pessoa LGBTQIAPN+ nesta sociedade pois sabe que de outra forma não conseguirá o devido respeito, aceitação e visibilidade que deseja alcançar.

O estigma posta nas pessoas LGBTQIAPN+ as fazem ficar em alerta a todo o momento, com medo de não serem aceitas ou ainda tornarem motivo de brincadeiras deselegantes na comunidade. Andryo respeita e quer ser respeitado enquanto homem gay, sem que a sociedade o julgue de forma pejorativa por isso.

Nossa próxima participante se chama Bibiana, residente com sua família no município de Ivaiporã, onde com sua família reunida, dividem uma renda perca pita de 6.000,00 reais.

Bibiana tem 22 anos, é solteira e se entende enquanto sendo pansexual cisgênero feminina e em sua dinâmica social. A participante profissionalmente hoje, é professora de danças.

Sobre sua trajetória de vida enquanto pessoa LGBTQIAPN+ e artista, Bibiana relata que:

Minha trajetória de vida enquanto pessoa LGBTQIAPN+ sendo uma artista começa aos 3 anos de idade, pois já praticava a dança e fazia aulas desde muito pequena. Com 13 anos eu comecei o estágio em

balé, em uma escola de dança, aqui no município de Ivaiporã, e com 15 anos comecei a trabalhar dentro dessa escola como professora de dança, pois já havia me formado bailarina clássica (Bibiana,2024).

Aos 17 anos eu fui embora da cidade de Ivaiporã para estudar arte licenciatura na UNICENTRO, no município de Guarapuava. Com a pandemia do covid-19, infelizmente precisei trancar o curso e voltar para minha casa em Ivaiporã, por contas de gastos que tinha lá, e como eu fiquei desempregada também na pandemia não conseguia me manter (Bibiana,2024).

Durante a pandemia fiquei desempregada por 1 ano e meio, comecei a trabalhar em outra área como vendedora, porém ano passado em 2023, consegui voltar pra minha área que formação que é a dança, a arte e agora realmente consigo ser feliz no trabalho, mais completa comigo e com todos os meus propósitos de vida (Bibiana,2024).

Bibiana, em sua trajetória de vida, teve a dança presente desde a infância, onde na adolescência e juventude, passa a interagir com esta de forma mais presente entendendo essa interação como forma de especialização, onde Bibiana inicialmente cursava outra faculdade, artes, inerente ao seu contexto de vida. Porém tudo muda com a pandemia de COVID-19, onde então por falta de recursos financeiros, ela deixa o curso e a cidade em que estudava/morava e volta para Ivaiporã.

A COVID-19 foi um surto de gripe que ocorreu entre os anos de 2020 – 2022 em todo o mundo, matando só no Brasil quase 800.000 mil pessoas. Essa situação alterou a vida de todos no planeta terra, pois após essa catástrofe a população perdeu muitos postos de trabalho, entes familiares entre outros.

Quando indagada sobre o conhecimento de alguma política social de cunho artístico cultural, no Estado, município ou região, Bibiana afirma que:

A respeito de políticas sociais para cunho artístico cultural eu não me recordo de nenhuma. Mesmo cursando serviço social na atualidade eu não vejo pontuar essas políticas públicas voltado para artistas, se existe algo nesse sentido eu desconheço. O mais recente que ouvi falar foi a respeito da Lei Paulo Gustavo, usado para o incentivo à cultura, mas de forma geral não tenho muitas informações, não sei se esse benefício é para a Prefeitura Municipal que encaminha faz as ações culturais ou se é para o próprio artista em si (Bibiana,2024).

Assim, como as/os demais, Bibiana não conhece políticas sociais específicas para artistas LGBTQIAPN +, no entanto, sabe que atualmente existe a lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura, mas ainda precisa se interar mais sobre as determinações desta política.

Quanto a sua participação em movimentos sociais, Bibiana nos diz que:

Em relação aos movimentos sociais, já fiz parte no município de Guarapuava do Movimento Social Levante da juventude que é um movimento social do Paraná inteiro, se divide por blocos, sei que existe um também na região de Londrina. Em Ivaiporã não existem movimentos sociais organizados politicamente. Aqui no município, faço parte de um grupo de estudos onde conseguimos militar, colocar nossas reivindicações, agir de maneira informativa para quem dele participa. Esse grupo se chama Clara Zetkin, é um grupo feminista onde falamos sobre feminismo, violências e etc. No entanto, ainda não é um grupo participativo, que leva essas reivindicações para algum tipo de conselho ou para o município, é um grupo mais fechado. Pretendemos futuramente que ele cresça, e se torne um movimento social forte em luta feminista (Bibiana,2024).

Bibiana nos relata que ao longo de sua história já participou de coletivos e movimentos sociais e que atualmente integra um grupo de estudos de cunho feminista no município em que mora, porém ela afirma que é um coletivo insipiente, que ainda precisa crescer e ganhar mais espaço na instituição e na sociedade local/regional.

Quando abordada sobre se em sua trajetória de vida, Bibiana recorreu a alguma política social no campo artístico cultural para o público LGBTQIAPN+, ela nos responde que:

Na pandemia eu fiquei desempregada, me recordo que surgiu o benefício emergencial que era no valor de 600,00 ou algo assim, e logo depois, surgiu um benefício voltado para artistas e para a cultura, não específico para o público LGBTQIAPN+, mas para artistas em geral, eu lembro de ter ido me informar de como ter acesso a esse benefício, preenchi formulário tanto no município de Guarapuava quanto de Ivaiporã, porém não foi aceito (Bibiana,2024).

Fui informada que esse benefício emergencial para artistas estava sendo recorrido pela prefeitura para a cultura em geral do município, e que a gente não conseguia ter acesso a ele, apenas seria voltado para um grupo cultural acredito eu, ou para alguma empresa que prestasse esse serviço (Bibiana,2024).

Bibiana recorreu a políticas sociais no tempo de pandemia, porém não conseguiu ser contemplada com nenhuma delas, caso relatado também por outras/os artistas que na mesma época não conseguiram tal benefício.

Quanto ao atendimento das políticas sociais de cunho artístico cultural existentes e se as mesmas atendem a classe artística LGBTQIAPN+ no Estado, região ou município, Bibiana afirma:

Por não ter informações e por não saber das políticas sociais para artistas LGBTQIAPN+, acredito que essas políticas não tem atendido, ou estejam sendo administradas de forma precária. Se elas realmente existem, estão apenas no papel, porque as informações não chegam até a gente, estão distantes e inacessíveis. Não há divulgação (Bibiana,2024).

Bibiana problematiza quanto a invisibilidade ou a não efetivação de políticas sociais destinadas a comunidade LGBTQIAPN+. Devido ao forte preconceito e resistência a garantia dos direitos desta comunidade, as políticas existentes tornam-se no entendimento de Bibiana insipientes nesta sociedade, ou seja, frágeis, pouco divulgadas e de certa forma excludentes pois não tendo visibilidade, poucas pessoas ficam sabendo de sua existência.

Sobre seu entendimento com relação as expressões de resistência, a participante relata que:

Entendo como expressão de resistência à nossa luta por direitos como artista, a nossa luta por direitos como cidadão LGBTQIAPN+, a busca pelo reconhecimento profissional frente a sociedade, o que muitas vezes não acontece, principalmente no município em que eu vivo no interior do Paraná. Por exemplo, no meu caso, sou dançarina, as pessoas não reconhecem a dança como um trabalho, onde precisei estudar para isso! Eles dizem que é fácil só ficar dançando o dia inteiro, e a gente sabe que não é bem assim! Não é tão fácil! Claro é prazeroso porque hoje tenho oportunidade de trabalhar com o que eu amo fazer, mas ao mesmo tempo a sociedade precisa compreender que estou vendendo a minha força de trabalho, para ser remunerada e eu consiga sobreviver (Bibiana,2024).

Então acredito que expressão de resistência quanto artista LGBTQIAPN+ é buscar reconhecimento profissional, porque também somos trabalhadores. Além disso levar a arte até as pessoas também é uma forma de resistência. Muitos pensam que a verdadeira arte é aquela acessada pela elite (ópera, museus e etc.) e o que é produzido na periferia e na favela não é arte (Bibiana,2024).

A arte produzida por uma classe vulnerável é marginalizada. Eu acredito que toda expressão artística independente de classe social é válida e não deve ser desmerecida (Bibiana,2024).

Quanto as expressões de resistência Bibiana as entendem como lutas por direitos, reconhecimento profissional enquanto artista LGBTQIAPN+, sendo o oferecimento dessa arte a população, também uma forma de resistir. Resistir através da informação e do conhecimento. Ela ainda reitera que as artes não devem ser desmerecidas independente da classe social em que estão inseridas/os.

Em meio ao contexto político cultural em que vivemos perguntamos a Bibiana, qual/quais tem sido as expressões de resistência advindas da comunidade LGBTQIAPN+ hoje. Ela então nos diz que:

Felizmente agora está no poder um Presidente que se importa com a nossa causa, e mesmo que mínima, existe uma atenção voltada para a voz da comunidade LGBTQIAPN+. O governo anterior foi preconceituoso de todas as formas possíveis, era extremamente conservador, principalmente com a nossa comunidade! (Bibiana,2024).

Precisamos falar quando sofremos opressão e/ou preconceito, por exemplo, quando alguém é preconceituoso e me magoa com palavras pela minha orientação sexual, eu tento conversar e explicar que as coisas talvez não sejam bem do jeito que ela/ele pensa, falta informação. Precisamos educá-los, a nossa fala é importante nessa hora, não se calar é uma forma de resistência! (Bibiana,2024).

Bibiana atrela as expressões de resistência ao governo tanto atual como passado. Na gestão atual a atriz conta que mesmo que minimamente há uma atenção por parte de alguns políticos sobre essa temática e comunidade bem como incentivos para a pauta, diferente do governo anterior, do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), que tentou de todas as formas eliminar os direitos sociais adquiridos historicamente pela classe trabalhadora e LGBTQIAPN+ através do desmonte das políticas sociais.

Como a sociedade enxerga o trabalho de atores e as atrizes da cena LGBTQIAPN+ atualmente e ainda como as/os artistas, encaram as artes como resistência e possíveis propostas para políticas sociais, sejam estaduais ou municipais, Bibiana diz que:

Acredito que encaram para além de uma forma de trabalho, a arte traz a possibilidade de sermos ouvidos, traz visibilidade, ali podemos nos expressar e ser resistência.

Queremos respeito e que as pessoas entendam o nosso trabalho e que esse trabalho seja visto. Não precisa gostar ou não gostar, só precisa ter respeito. Quando uma pessoa gay canta, atua ou algo do tipo, ela está trazendo para fora o que ela carrega lá dentro, põe pra fora suas lutas (Bibiana,2024).

A participante entende que falta respeito e visibilidade por parte da comunidade quanto ao trabalho artístico da comunidade LGBTQIAPN+ e que estas e estes atores recorrem a artes muito mais do que uma forma de trabalho ou de resistência, mas também um meio de levar conhecimento, informação alegria a população de forma leve, lúdica e reflexiva.

Quanto ao impacto que as artes causam na vida da comunidade, Benjamim (1994), reitera que essas, possibilitam a sociedade conectar-se com sigos mesmas, de forma diferente, com entendimentos diferentes, todos unidos a um sentimento, o proporcionado pela arte então acessada naquele momento, com o intuito de lhe gerarem reflexões sobre a realidade.

Ainda sobre a sociedade, Bibiana, em seu entender, nos conta que a esta enxerga hoje o movimento artístico cultural e cena LGBTQIAPN+:

Como disse anteriormente, o que acontece na sociedade, é que a arte é vista culturalmente só quando é uma arte elitizada, quando envolve pessoas das comunidades mais pobres, essa arte vai ser quase criminalizada. O trabalho artístico realizado por uma pessoa LGBTQIAPN+ (eu sinto isso) não tem a mesma credibilidade do que o realizado por uma pessoa hétero. Por exemplo a arte de uma pessoa trans, não tem a mesma visibilidade que a arte feita por uma pessoa cis, isso é muito triste, porque eu vejo pessoas da nossa comunidade cem vezes melhor em vários quesitos, é nítida a entrega, a preparação, o profissionalismo, e mesmo assim a mídia difunde aquela arte que obedece aos padrões, que não é tão boa, mas agrada os conservadores (Bibiana,2024).

Infelizmente a nossa sociedade é muito preconceituosa ainda, acredito que esse preconceito já esteja dentro da estrutura que a gente vive, está enraizado nas pessoas, e isso precisa ser trabalhado (Bibiana,2024).

A gente luta tanto todo dia, que não consegue parar para pensar uma formar de trabalhar isso com as pessoas. Conseguimos informar, falar sobre esse preconceito estrutural com os nossos familiares,

amigos, mas ser compreendido ainda parece ser uma realidade distante (Bibiana,2024).

Com relação ao trabalho dos artistas LGBTQIAPN+ perante a sociedade, eu acredito, como já disse aqui, não está sendo visualizado, ele só é julgado. Um exemplo disso são as redes sociais, os comentários ofensivos quando o protagonista é LGBTQIAPN+, alguns comentários eu prefiro nem ver (Bibiana,2024).

Bibiana relata então, que sente a arte como um padrão alcançado por poucos, ou seja, as artes no Brasil além de pouco acessível é elitizada, tendo valor e reconhecimento por alguns personagens apenas, e estes devem provir da elite conservadora, branca, machista e patriarcal de nossa sociedade.

A participante reitera sua resposta dizendo também que há ainda muito preconceito e exclusão por parte da sociedade pela comunidade LGBTQIAPN+, pois devido a suas identidades e orientações sexuais, as/os mesmos tendem a ser descredibilizados em sociedade.

Enquanto artista e pessoa LGBTQIAPN+, Bibiana nos conta que suas expressões de resistência que talvez possam contribuir com futuras políticas sociais são:

Eu queria ser muito mais ativa dentro das políticas, e até mesmo dentro dos movimentos sociais, mas eu não sou uma pessoa que gosta de falar ou que consiga falar, gosto mais de ouvir essas informações para que eu consiga conversar com as pessoas ao meu redor sobre isso de forma mais pontual, mas para um debate ou uma para falar para mais pessoas eu não consigo, eu sei que preciso trabalhar isso em mim. Eu tento sempre trazer minhas questões em debate dentro do grupo que eu citei o Clara Zetkin, ali trocamos informações que nos ajudam a ter embasamento na luta contra a transfobia (Bibiana,2024).

Falando em transfobia eu sempre tento agir de forma pontual quando vejo alguém cometendo algum tipo de crime, as pessoas infelizmente só mudam de atitude quando são punidas pela lei e existe lei contra isso, eu particularmente sou mais pela educação, mas a sociedade se acostumou com esse sistema de castigos (Bibiana,2024).

Bibiana além das danças utiliza como resistência as investidas do preconceito em sociedade, a informação, pois ela acredita que através do conhecimento produzido poderá proporcionar maiores esclarecimentos quanto a esse coletivo a comunidade em que reside.

Para o desvelamento das questões que perpassam a comunidade LGBTQIAPN+ em sociedade, todas/os as/os participantes apresentam como estratégia para superação de estigmas e preconceitos a informação por intermédio de suas artes.

As artes assim, tem esse poder. O de superar preconceitos, trazer entendimentos, gerar dúvidas e diferentes críticas. Esse é o poder das artes, podendo ser utilizadas em diferentes espaços como estratégia de acesso à informação.

Essa classe hoje no Brasil, a artística, no entender de Batista (2020), tem sido fortemente impactada devido as investidas neoliberais na cultura, na educação, no trabalho, na política entre outras áreas. Essas investidas tendem a retirar da classe trabalhadora, maior classe dentro de nossa sociedade, direitos sociais básicos a subsistência humana, e as artes, o lazer e o entretenimento estão na agenda de desmonte deste sistema que visa apenas o lucro em sociedade.

Nessa investida, a população vai perdendo seus direitos conquistados ao longo da história em detrimento de uma política que particulariza e exclui grupos, comunidades e determinadas pessoas de sistema.

Esses grupos que lutam contra os direitos sociais da população, acesso a bens e serviços e melhor qualidade de vida, lucram ao deixarem o sistema dessa forma, pois através das insatisfações o capital tem como proposta as diversas privatizações e sem entendimento, a sociedade acaba acreditando que o privado é melhor do que o público, não correlacionando assim quais classes de fato terão acesso a esses serviços privados.

E para que a sociedade possa compreender o sistema em que estão inseridos de fato, como dito pelas/os participantes, a informação por intermédio das artes é um forte fator para a disseminação dessas informações, pois entendendo o assunto a que se tem dúvida, as pessoas podem evoluir sociocultural mente passando a ajudar e informar as pessoas que convivem e se relacionam.

6. POLÍTICAS SOCIAIS, COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E O SERVIÇO SOCIAL.

A identidade de gênero segundo Beauvoir (1967), tem sido alvo de vários debates na atualidade e refere-se ao lugar do sujeito/a no mundo isento de qualquer implicação com o sexo biológico.

Contudo, diante de uma sociedade patriarcal, preconceituosa e violenta, exige-se um trabalho ético e comprometido com a defesa intransigente dos direitos fundamentais a pessoa humana atrelado ao respeito a diversidade, o que corresponde a um princípio ético da/o assistente social.

Nessa perspectiva, entende-se que gênero é uma experiência única, onde cada indivíduo ao longo da vida, vai se descobrindo e redescobrendo, Butler (2021), cabendo a cada pessoa experienciar ao longa de sua jornada, o que melhor lhe adequa emocional e pessoalmente.

Nesse intuito, entende-se a extrema importância quanto ao papel da/o assistente social na luta pela garantia dos direitos e visibilidade da população LGBTQIAPN+, pois como saliente o documento do (CFESS, 2018, p. 02), as/os assistentes sociais devem contribuir para “[...] a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero estabelecidos socialmente”.

O documento resgata ainda, a importância vista nos princípios VI e XI do Código de Ética, que indicam o:

VI. [...] empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, XI. E o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (BRASIL, 2012, p. 24).

Assim, é entendido que, os princípios acima apresentados, sozinhos, não são capazes de garantir uma prática correta, ética e muito menos igualitária, para isso, Barroco (2009), afirma ser necessário a construção de consciência ética e política, a qual, mobilize e incentive à participação, à capacitação e ampliação do debate e acesso à informação, tanto dos usuários, quanto dos profissionais.

No que concerne as expressões de gênero dentro do movimento LGBTQIAPN+, cada letra da sigla, além do sinal de mais, que tem por objetivo informar, esclarecer e proporcionar

inclusão, representando a comunidade instituída por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais, sendo segundo (MISKOLCI, 2012, p. 07):

Lésbicas: são mulheres que sentem atração sexual/romântica por pessoas do mesmo gênero (mulheres/feminino). Gays: são homens que sentem atração sexual/romântica por pessoas do mesmo gênero (homens/masculino). Bissexuais: são pessoas que sentem atração sexual/romântica por mais de um gênero. Transexuais: são pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento, isto é, a transexualidade se refere à identidade de gênero oposta ao sexo físico biológico, utilizado tanto para identidades masculinas (transmasculino), quanto femininas (transfeminina). Travestis: são pessoas que nasceram com determinado sexo, atribuído culturalmente ao gênero considerado correspondente pela sociedade, mas que passa a se identificar e construir nela mesma o gênero oposto. Queer: são pessoas que não se identificam com os padrões de heteronormatividade impostos pela sociedade e transitam entre os “gêneros”, sem necessariamente concordar com tais rótulos. Intersexuais: são pessoas que possuem variações biológicas não binárias. Isto é, a intersexualidade está relacionada às características sexuais biológicas, diferente da orientação sexual ou da identidade de gênero. Uma pessoa intersexo pode ser hétero, gay, lésbica, bissexual ou assexual, e pode se identificar como mulher, homem, ambos ou nenhum. Assexuais: são pessoas com ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual. A assexualidade é um termo guarda-chuva que engloba aromânticos, românticos, homoromânticos, heteroromânticos, biromânticos, panromânticos, demissexuais, entre outros. Pansexuais: são pessoas que possuem atração sexual/romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas. Não-binários: são pessoas que não se identificam no padrão binário de gênero. A não-binariedade é um termo guarda-chuva, e engloba as identidades e expressões de gênero que fogem ao binarismo, como por exemplo agênero, gênero fluido, entre outros. + é utilizado para incluir outros grupos e variações de gêneros e sexualidades, dado que a sigla está em constante mudança, como por exemplo a panssexualidade e a não-binariedade.

O autor ainda afirma que o movimento LGBTQIAPN+ ao longo dos anos busca incluir pessoas das mais diversas orientações sexuais e identidades de gênero. A inclusão abrange não só a ocupação de cargos e espaços comuns, mas também a luta para fazer valer os direitos da população LGBTQIAPN+ enquanto cidadãos que possuem direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Com o advento da década de 1980, a assistência social brasileira passou a apoiar a própria classe trabalhadora e os movimentos sociais na luta por direitos durante a ditadura civil-militar, um marco histórico para a sociedade brasileira. Começa o processo de renovação da profissão.

A análise histórica das décadas de 1970 e 1980 revela, ainda que de forma contraditória, que a situação política da época era caracterizada por um processo autoritário, para o qual “[...] contribuiu o frenesi dos movimentos de resistência social e popular”.

É possível que a antiga categoria ocupacional no olhar de Butler (2021), de hegemonia conservadora, facilitou um processo de diálogo teórico e político com tendências de esquerda e revolucionárias, o que levou a uma crítica à profissão e, portanto, aos seus objetivos.

O debate político, teórico-metodológico da categoria, na entrada dos anos 1990, foi que propiciou a emergência de temas e personagens, antes ignorados, que tiveram a sua demanda progressivamente incorporadas, a exemplo das mulheres, da população negra e população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais).

Vale ressaltar também o processo histórico de regeneração profissional, como diz (EURICO, 2020, p. 17):

[...] junto com a intervenção profissional de mulheres negras, assistentes sociais e ativistas." a continuidade da existência do racismo e a necessidade de apropriação teórica do tema, e os "11 pontos do Código de Ética Profissional do Assistente Social". É um dos princípios fundamentais e um dos 11 princípios da Lei 8.662/93. Regulamentar a profissão. [...] Pela primeira vez na história da profissão, a questão da não discriminação foi levantada.

Também vale a pena mencionar o desenvolvimento normativo da Constituição Federal de 1988, que prevê a igualdade jurídica, pelo menos na forma jurídica, onde todas as pessoas são iguais e a discriminação é proibida. Horizontes iguais são o princípio orientador da sociedade.

O bem-estar social incorpora princípios marxistas na luta contra a desigualdade e, ao mesmo tempo, a constituição fornece, ainda que formalmente, as premissas de um estado de bem-estar que serve para proteger os direitos humanos.

Em meio a esta situação, os assistentes sociais ao trabalho promovido através de campanhas de movimentos sociais na luta contra os direitos e a violência a que está submetida esta comunidade, antes conhecida como GLS, agora como LGBTQIAPN+ há um debate sobre a sua participação. Artigos temáticos do CFESS, livros, notas, revistas, seminários, conferências, demonstrações etc.

Ainda em termos de regulamentação profissional destaca-se a Resolução CFESS n.º 489/2006, de 3 de junho de 2006, que proíbe comportamentos discriminatórios ou preconceituosos com base na orientação sexual ou expressão do mesmo sexo no exercício profissional. Assistente social que regulamenta os princípios contidos no código de ética profissional. Resolução CFESS n.º 594/11, de 21 de janeiro de 2011. Alterar o Código de Ética dos Assistentes Sociais e introduzir melhorias formais, gramaticais e conceptuais no seu texto para garantir uma linguagem neutra em termos de género.

A Resolução CFESS nº 785, de 22 de dezembro de 2016, dispõe sobre a inclusão e uso de nomes sociais de assistentes sociais travestis e assistentes sociais transexuais em documentos de identificação profissional. Além disso, Resolução CFESS nº 615/11, de 8 de setembro de 2011 e a Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, discute o papel profissional dos assistentes sociais no processo de redesignação sexual.

Ainda, nas imbricações entre a comunidade LGBTQIAPN+, as políticas sociais e o Serviço Social, tal tríade estão conectadas por um projeto societário que historicamente entende as expressões desta comunidade/movimento, como expressões não só de resistência, mas também de liberdade posta em nossa sociedade. E liberdade na profissão de assistentes sociais, é vista desde sua ruptura com o conservadorismo instaurado historicamente na profissão ao longo de sua atuação.

Este projeto societário, também, profissional, almeja que a sociedade e em específico, a classe trabalhadora, tenha acesso e igualdade de recursos, renda e qualidade de vida incluindo, o lazer, a educação, a saúde, a assistência entre outros assim como a classe que subtrai suas forças, a burguesa.

E as artes e seu acesso é um direito de todos, pois estando ela no campo da educação, do lazer, da recreação entre outros espaços, ela consegue sensibilizar o público que a acessa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade em que vivemos, no século XXI, ainda não entender ou aceitar a comunidade LGBTQIAPN+ no ceio da sociedade é algo não só injusto como também desrespeitoso, pois a exemplo, boa parte das artes foram-nos apresentadas por indivíduos LGBTQIAPN+. Nas ciências físicas, humanas ou biológicas, ali estava ou está, uma pessoa LGBTQIAPN+, querendo a sociedade ou não.

Não é uma escolha, não é uma opção, é sim uma condição. Mas condição, pra quem realmente pretende encarar a vida de frente. Pra quem entende que amar uma pessoa do mesmo sexo/gênero, não as impedem de evoluir enquanto pessoas em sociedade. Essa evolução, nada tem a ver com gênero ou sexualidade, tem a ver sim, com caráter, com as escolhas que fazemos entre certo e errado neste sistema.

O caráter indefere a sexualidade ou o gênero, pois dentro de uma sociedade onde a mesma nos apresenta normas vigentes, não é a sexualidade quem irá imperar, mas sim o bom comportamento de todas/os as/os indivíduos/os neste conglomerado, ou seja, para o sistema, não importa a sua sexualidade/gênero, o que importa é se você está com suas contas pagas, em dia, se você é um/uma indivíduo/a, que consome e gera lucros ao capital, se está com seu nome limpo no mercado entre outros. Ou seja, dentro da norma ou do *status quo*, vigente.

Nesse pensamento, problematizar a sexualidade/gênero ligada a algo moral é uma tremenda injustiça, pois a sexualidade/gênero é uma condição, não situação da/o indivíduo/o, ou seja, é algo que a sociedade não consegue detectar/visualizar, apenas a/o indivíduo/o consegue, pois é algo manifestado individualmente, dentro de si.

No entanto, o que as/os nossas/os participantes nos trouxeram, permite-nos atentar ainda, quanto ao preconceito e a discriminação que indivíduos/os LGBTQIAPN+ sofrem em sociedade no século XXI.

Nossa cultura, nosso entretenimento e o nosso cotidiano estão perpassados por pessoas e/ou personagens LGBTQIAPN+. A não aceitação deste público, está apenas atrelada ao conceito moral/religioso, ou seja, aos dogmas professados pelas religiões de cunho judaico-cristão na sociedade brasileira, podendo ser religiões católicas, evangélicas entre outras.

No entanto é sabido e visto, através de manchetes de jornais e noticiários, que muitas vezes, representantes destas mesmas entidades, igrejas, comunidades entre outras, (de cunho espiritual), recorrem aos serviços da comunidade LGBTQIAPN+ ou da natureza que a

sociedade capitalista as colocou, a 'sexual laborativa', (é o caso da missionária evangélica Flor de Lis, que praticava sexo com seus filhos, frequentava casas de swing e contratava serviços de profissionais do sexo, quando socialmente, angariava recursos para o sustento de suas obras de caridade junto a crianças e adolescentes carentes do Rio de Janeiro/RJ), para satisfazerem seus desejos mais obscuros.

Porque a homossexualidade no século XXI, ainda é algo tratado tão pejorativamente, visto como imoral ou errado, se hoje, boa parte da população na faixa etária entre os 18 aos 35 anos, se entendem sexualmente como sendo bissexuais e religiosamente tem se professado como ateias.

Para além da orientação sexual/gênero, existem as habilidades, os talentos, as vocações, as aspirações entre outras/os. As pessoas LGBTQIAPN+ hoje, não se atrelam mais a comportamentos sexuais promíscuos, vulgaridade, promiscuidade entre outras situações. A comunidade, ocupa no ceio da sociedade brasileiro uma representatividade considerável, vista ao longo deste trabalho, perpassada além das artes, pela cultura, música, dança entre outros.

Remeter a população LGBTQIAPN+ a situações vexatórias apenas reforçam a, desinformação e preconceito, entendendo que, de tanto à sociedade excluir essas pessoas, xingar, perseguir e cercear seus direitos; as mesmas estudaram, se educaram e se posicionaram rente a uma sociedade justa e igualitária, não espelhada pela moral religiosa ditatorial, mas sim por uma Constituição Federal (1988), que abarca a livre existência de todas/os em sociedade seja pelo gênero, sexualidade, raça, etnia entre outros.

Assim, como visto ao longo do trabalho as expressões de resistência abrigam-se no simples fato de, como indivíduos LGBTQIAPN+, sobrevivendo em um sistema que exclui diferentes, resistir, é mostrar que habilidades e talentos também perfazem indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+.

Com base na teoria aqui apresentada, após análise dos dados coletados chega-se a conclusão que, existem políticas sociais de cunho artístico e cultural no Estado do Paraná, entretanto, não foram encontrados registros da existência de políticas sociais de cunho artístico específicas para os artistas LGBTQIAPN+, tanto no Estado do Paraná, quanto na Região do Vale do Ivaí.

Quanto às expressões de resistência na perspectiva das/os membras/os desta comunidade, o desenlace das narrativas coletadas através das entrevistas realizadas, trouxeram a interpretação do "ser resistência" como não desistir, não se calar diante do preconceito, buscar informação para defender seus direitos, também como continuar sendo o

melhor profissional possível até alcançar reconhecimento e/ou respeito, lutar por mais visibilidade e expressar quem realmente são através da sua arte, seja ela qual for.

Em face de, estando o trabalho profissional do Assistente Social, pautado na defesa intransigente da liberdade e dos direitos humanos, torna-se necessário fomentar a discussão a respeito do tema proposto. Diante da escassez de políticas sociais inerentes a este grupo em específico, se faz indispensável uma reflexão a respeito das circunstâncias que fazem com que, mesmo diante de tantas situações de violação de direitos que vem se repetindo ao longo da história, nenhuma medida ainda tenha sido tomada, a fim de sanar tal demanda.

A análise das interpretações de resistência, contidas nas narrativas aqui apresentadas, trazem um individualismo recorrente em nossa atualidade, onde os sujeitos acabam por não se organizarem mais em grupos de militância na busca pela criação de novas políticas sociais que os contemplem, temendo por represália. A homofobia tornou-se uma espécie de “estilo de vida” principalmente nas regiões localizadas no sul do Brasil, onde nota-se que tal comportamento ganha ainda mais repercussão após o governo do antigo Presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual usava com naturalidade termos pejorativos ao se referir a comunidade LGBTQIAPN+.

Finalizando essas considerações, cabe destacar que as/os Assistentes Sociais não possuem o papel de garantir os direitos humanos à população, essa atribuição é dever do Estado, entretanto, mesmo em meio as tensões e interesses divergentes que atravessam o cotidiano institucional, se faz necessário um tencionamento no intuito de viabilizar o acesso aos direitos, para que demandas dessa classe sejam atendidas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. CEFSS, 1996.

AZEVEDO JÚNIOR, C. **A perspectiva social da comunidade LGBTQ no Brasil**. Azevedo Júnior, Atlas, 2007.

BARROCO, Maria L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Cortez, 5ª edição, 2009.

BATISTA, Rodrigo, M. **As consolidação dos movimento LGBT e o século XXI**. Seminário Regional do Cariri, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª edição. Editora: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. Vol. 1 (3ª ed.). Editora Brasiliense, 1987.

BENTO, Berenice. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade**. In. A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual, 2006.

BRASIL. **Brasil sem homofobia**. Cartilha do ministério da defesa e dos direitos humanos. Brasil, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.492** de 16 de julho de 1928. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D5492-1928.htm. Acesso em 15 out. de 2023.

BRASIL. **Lei 8.662 de 1993**. Regulamentação da profissão. 10. ed. Rev. E atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 out de 2023.

BRASIL. **Lei complementar nº 195** de 08 de Julho de 2022. Lei Paulo Gustavo: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 16.454/2010** de 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-16454-2010-parana-institui-o-dia-estadual-de-combate-a-homofobia-a-ser-promovido-anualmente-no-dia-17-de-maio>. Acesso em 23 out. De 2023.

BRASIL. **Lei nº 122/2006**. Criminaliza a homofobia. Brasil, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.313** de 23 de dezembro de 1991. Lei Rouanet, 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasil, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Resolução n. 845**, de 26 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> Acesso em: 14 nov. De 2023.

BRASIL. **Resolução SEJU n° 149** - Instituiu o Comitê LGBT – PR. Disponível em: Brasil. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, TCE-PE. **As Políticas Públicas e como elas afetam nosso país**. Disponível em: <https://ouvidoria.tce.pe.gov.br/politicas-publicas-e-sua-importancia/>. Acesso em 22/10/2023.

BOURGUIGNON, Jussara A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, 2ª edição, Autêntica. Belo Horizonte, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Papyrus, 2021.

CAMARGO, Chico. **Prisão provisória de Curitiba – penitenciária do ahú desativada desde julho de 2007 – paredes que falam**. Curitiba, 2009, p. 1- 18. Disponível em: <http://www.gilsoncamargo.com.br/blog/prisao-provisoria-de-curitiba-penitenciaria-do-ahudesativada>. 2012.

CANTON. Katia Da. **Política às micropolíticas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Editora Papyrus, 2005.

COSTA, Rogério da S. M. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O snob**. Dissertação de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Cultura, Sistema de Informação. Disponível em <https://www.sic.cultura.pr.gov.br/>. Acesso em 17 fev. de 2013.

DEMO. Pedro. **Participação é conquista – Noções de política sociais participativas**. São Paulo, Cortez, 1990.

DUTRA, E. **A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica**. Revista de Estudos de Psicologia, 2004.

- EURICO, Márcia C. **Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo**. Revista em pauta, ano 2020.
- FABRIS, Sérgio. **Uma década de Constituição**. Ed. Fabris, São Paulo, 1998.
- FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Conselho de Psicologia da 6ª região (org.). Psicologia e diversidade sexual / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, São Paulo, 2013.
- FISCHER, E. **A necessidade da arte**. Tradução de Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. Cortez, 2015.
- HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte I**. 1969.
- HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Antônio Houaiss; Francisco Manoel, 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2020.
- LEMONS, Carlos. **A imitação em Aristóteles**. Anais de Filosofia Clássica, v. 3, n. 5, p. 84-90, 2009.
- LIMA, Regina **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. In: Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v.6 n.2, 2007.LIMA, 2020.
- LOURO. Guacira L. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora Vozes. 5ª edição, 2011.
- LOURO. Guacira L. **Ensaio sobre sexualidade e teoria queer** / Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Editora Boitempo, 2001.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Editora Boitempo, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MONTANHÃO, Carlos. **A natureza do Serviço Social – um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e a sua reprodução**. Ed. Cortez, 2018;

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. Editora Cortez, 2018.

OIT/UNAIDS/PNUD. **Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho**. 2015.

SENNE, Andressa de et al. **Políticas sociais no Brasil: uma reflexão preliminar**. 2017.. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2634/senne_andressa_de.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em: 04/10/2023.

SILVA JUNIOR, Assis Moreira. **Diversidade sexual e inclusão social: uma tarefa a ser completada**. Franca, 2014, 260 p. Editora: Lemos e Cruz.

TONET, Ivo. **Estudar Marx para iniciantes**. Revista do NESEF, v. 9, n. 1, 2020, p.114. Disponível em: <http://www.nesef.ufpr.br>. Acesso em: 12 nov. De 2023.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia e arte**. Editora Appris, 2019.

YASBEK, Maria C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. CEFSS/CRESS, 2009.

APENDICE I

QUESTIONÁRIO NORTEADOR DA PESQUISA DE CAMPO

O questionário aplicado em campo, divide-se em duas partes. A primeira sendo os dados da/o entrevistada/o e a segunda as perguntas referentes a pesquisa desenvolvida.

1) DADOS DA/O ENTREVISTADA/O

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Estado Civil:
- d) Município em que mora:
- e) Com quem mora/divide despesas:
- f) Quantos moradores na casa:
- g) Renda per capita familiar ou do grupo com quem mora:
- h) Orientação sexual e de gênero:
- i) Profissão:
- j) Remuneração:
- k) Área artística de atuação:
- l) Remuneração:

2) PERGUNTAS NORTEADORAS DA PESQUISA DE CAMPO

1. Conte-nos sobre sua trajetória de vida enquanto pessoa LGBTQIAPN + e um/uma artista sociocultural.
2. Você conhece, ou já ouviu falar, de alguma política pública ou social de cunho artístico cultural, no Brasil, Estado do Paraná, Vale do Ivaí e/ou no município de Ivaiporã?
3. Você participa, ou milita em algum movimento social?
4. Em meio a sua trajetória de vida, em algum momento, você recorreu a uma política pública ou social no campo artístico cultural para o público LGBTQIAPN +? Se sim, de que forma?

5. De que forma, para você, as políticas sociais de cunho artístico cultural existentes, têm atendido a classe artística LGBTQIAPN+ no Estado, região ou município?
6. O que você entende como expressão de resistência?
7. Para você, em meio ao contexto político cultural em que vivemos, quais tem sido as expressões de resistência LGBTQIAPN+ hoje?
8. Como os atores e as atrizes da cena LGBTQIAPN+ no seu entender, encaram as artes como resistência e possíveis propostas para políticas públicas e sociais, sejam estaduais ou municipais?
9. No seu entender, como a sociedade enxerga hoje o movimento artístico advindo da comunidade LGBTQIAPN+?
10. Para você, o que a sociedade entende como cena artística LGBTQIAPN+ e qual a importância que a mesma dá ao trabalho artístico desenvolvido?
11. Para você, enquanto artista e pessoa LGBTQIAPN+, qual/quais tem sido, suas expressões de resistência e de que forma elas se somam as ações de cunho afirmativa e político social?

APENDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O/A Sr./a através deste termo é convidado/a, a participar da pesquisa: *Expressões de resistência: artes LGBTQIAPN+ e políticas sociais no Paraná*, cuja responsável é a aluna Tatiane Cristina Kurtz, graduanda do 4º ano no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob orientação do professor Drº Rafael Bozzo Ferrareze.

Esta pesquisa objetiva averiguar quais são as políticas sociais no campo das artes desenvolvidas pelo Estado do Paraná como um direito fundamental a pessoa LGBTQIAPN+, por intermédio da participação de artistas pertencentes a este movimento.

O/A Sr./a, tem a plena liberdade em recusar-se a participar desta pesquisa ou retirar seu consentimento sem nenhum dano.

Caso aceite, o/a Sr./a, participará de um encontro com a pesquisadora, sendo estabelecida a data e o horário previamente.

Assim, solicitamos também por meio deste termo, autorização do Sr./a para registro de imagem e som (voz) assegurando-o/a confidencialidade, privacidade e proteção destas informações.

Vale mencionar que, os riscos para o/a Sr./a ao participar desta pesquisa, são quase nulos, entendendo que percalços podem ocorrer no trajeto a entrevista entre outros, porém quanto à participação e/ou exposição o/a Sr./a não será prejudicado/a de forma alguma.

Se julgar necessário, o/a Sr./a, dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

Quanto aos cuidados com a pesquisa e seus dados, garantimos ao Sr./a, a manutenção do sigilo e da confidencialidade/privacidade de sua participação e de suas informações durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica dos resultados.

O/A Sr./a poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Tatiane Cristina Kurtz a qualquer tempo para informação adicional, pelo contato telefônico número: (43) 99822-4623 ou pelo endereço eletrônico, e-mail: tatianekurtz33@gmail.com.

Vale informar ao Sr./a, que esta pesquisa institucionalmente, foi submetida ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (COPEP/UEM), localizado na Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4, CEP: 87020-900,

Maringá/PR. Contato: (44) 3011-4597, e-mail: copep@uem.br. Atendimento: 2^a a 6^a feira, das 8h30 às 11h30 das 14h às 17h20.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas vias, que serão rubricadas, todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas e assinadas, ao seu término pelo/a Sr./a e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada um.